



**UNIVERSIDADE TIRADENTES  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ANA PAULA DOS SANTOS**

**CASA DA CRIANÇA OPERÁRIA: O JARDIM DE INFÂNCIA DO CENTRO  
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA EM ARACAJU (1944-1960).**

ARACAJU

2022

ANA PAULA DOS SANTOS

**CASA DA CRIANÇA OPERÁRIA: O JARDIM DE INFÂNCIA DO CENTRO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA EM ARACAJU (1944-1960).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Dr. Gregory da Silva Balthazar

Linha de Pesquisa: Educação e Formação Docente

ARACAJU

2022

---

Santos, Ana Paula dos  
S237c Casa da criança operária: o jardim de infância do centro de assistência à criança em Aracaju (1944-1960) / Ana Paula dos Santos; orientação [de] Prof. Dr. Gregory da Silva Balthazar--Aracaju: UNIT, 2022.

84 f; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes 2022

1. História da educação L. 2. Educação infantil 3. Instituições educativas 4. Jardim de infância I. Santos, Ana Paula dos. II. Balthazar, Gregory da Silva (orient.). III. Universidade Tiradentes. IV. Título.

CDU: 37(813.7) (091)

---

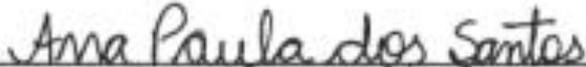


**UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO - PPGPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPEd  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**FOLHA DE APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE  
MESTRE EM EDUCAÇÃO PELA UNIVERSIDADE TIRADENTES (UNIT)**

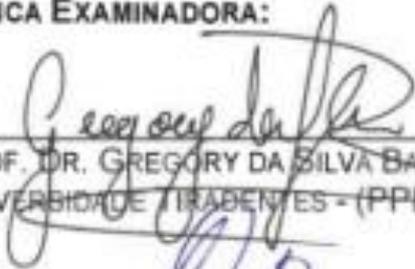
DISSERTAÇÃO APRESENTADA EM 31 DE MAIO DE 2020.

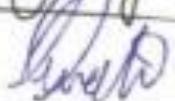
“CASA DA CRIANÇA OPERÁRIA: O JARDIM DO CENTRO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À  
CRIANÇA EM ARACAJU” (1944-1960)

  
\_\_\_\_\_  
ANA PAULA DOS SANTOS  
MESTRANDA

**SITUAÇÃO: APROVADA.**

**BANCA EXAMINADORA:**

  
\_\_\_\_\_  
PROF. DR. GREGORY DA SILVA BALTHAZAR (ORIENTADOR)  
UNIVERSIDADE TIRADENTES - (PPEd/UNIT)

  
\_\_\_\_\_  
PROF. DR. CRISTIANO DE JESUS FERRONATO (EXAMINADOR INTERNO)  
UNIVERSIDADE TIRADENTES - (PPEd/UNIT)

  
\_\_\_\_\_  
PROFA. DRA IVONETE PEREIRA (EXAMINADORA EXTERNA) UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)

*Às minhas filhas, Deborah Evelyn dos Santos Lima,  
Marina dos Santos Lima, Guilherme Cauã Monteiro  
Lima (neto), por todo amor.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato nobre, portanto, agradeço primeiramente a Deus - “O Senhor é o meu pastor, nada me faltará”. (Salmo 23) - pela força que me deu durante essa longa espera de 15 anos entre processos seletivos para ingresso e uma pausa de 6 anos, mas que agora se finaliza com a Defesa da Dissertação.

Não poderia, também, deixar de citar os nomes de algumas pessoas que foram fundamentais nesse caminho e, que tenho certeza, que sem elas não seria possível chegar ao final.

À primeira orientadora dessa pesquisa que se iniciou na UFS, Dra. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, que me apresentou ao indicar o objeto de estudo no ano de 2004, logo após eu ter colado grau no Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes (UNIT/SE). À ela, agradeço todo o incentivo dos anos na busca de ingressar no PPGED/UFS, e por ter me inserido no Grupo de Estudos para que as leituras fossem aprofundadas. Gratidão por ter me ensinado ir às fontes, analisar, entender, ler e fazer longos fichamentos.

À Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, por ter me acompanhado não somente nas orientações como também na Disciplina “Seminário de Pesquisa”, por ter me feito mais perguntas do que me dado respostas, por ter me instigado e provocado continuamente a ler, a reescrever, a analisar melhor as fontes, a pensar e repensar. E por sempre dizer: “Ana Paula, cadê o gancho dessa pesquisa baseada no seu autor preferido, Moysés Kulhmann Júnior?”

Ao meu orientador, Dr. Gregory da Silva Balthazar, que nessa reta final aceitou me conduzir nessa dissertação após a necessidade do afastamento da anterior orientadora, professora Dra. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto. Em tão curto espaço de tempo e convivência aprendi muito com você. Ensinou-me, entre outras coisas, com firmeza, a reler e a fazer um “debate historiográfico”, a não deixar me desanimar quando o sono e o cansaço batessem. Não tenho como expressar com palavras toda a gratidão que tenho por você. Sua extraordinária competência e brilhantismo na condução e orientação fez toda a diferença. Além disso, sua generosidade e sensibilidade em me compreender e se debruçar

atentamente ao meu objeto, tema e escrita. Digo, sem medo de errar, que a sua chegada em minha vida acadêmica foi a resposta que pedi a Deus em meio à tempestade. Seu olhar aguçado e perspicaz de um jovem e inteligente pesquisador, sem palavras, para sempre serei eternamente grata. GRATIDÃO!

À Profa. Dra. Ivonete Pereira que gentilmente levantou questionamentos na qualificação da dissertação, observou as fragilidades do trabalho, trazendo grandes contribuições com sua grande experiência no campo da Educação.

Agradeço muito ao professor Dr. Cristiano Ferronato por ter sido meu primeiro interlocutor e por ter aberto a porta da Universidade Tiradentes através do Programa de Pós-Graduação/PPED, no ano de 2016, quando, decidida a retomar esse Mestrado, vim à Universidade Tiradentes com a Dissertação produzida na UFS, debaixo do braço, e com o coração saltando entre o medo da negativa e a aprovação. Tenho certeza que suas palavras me encorajaram e me revestiram de um sentimento de confiança que há muito tempo não sentia. Mesmo não tendo sido meu orientador, como era o desejo inicial, acabou de alguma forma estando comigo na finalização desse trabalho através das orientações, sugestões de leituras, incentivos na pesquisa e questionamentos do trabalho. Suas sugestões sempre foram preciosas desde a “Pré-qualificação” até a Qualificação e Defesa.

Ao meu amigo-irmão, Elias Souza dos Santos, que acompanhou desde o início e que foi um grande companheiro nessa caminhada. Apoiou-me em todos os momentos; deu sugestões para a elaboração da pesquisa; leu partes do texto e sempre esteve disposto a ouvir minhas dúvidas. Instigou-me, incentivou-me e compreendeu todo o processo de outrora. Sempre parceiro desde a graduação em Pedagogia na UNIT. Deu-me várias broncas quando faltava o ânimo e a coragem. Gratidão, amigo!

À parceira de tantas viagens e sonhos, Profa. Maria de Lourdes Porfírio Trindade dos Anjos e ao seu esposo Cezar, que sempre foram amigos e muito me apoiaram a seguir, e não desistir desse sonho acadêmico.

À professora Ieda Vilela, parceira de muitas idas e vindas em eventos acadêmicos que sempre se mostrou prestativa e carinhosa em todas as minhas necessidades. Muito obrigada pelo seu carinho e reconhecimento de sempre.

À amiga querida de tantos anos, Prof<sup>a</sup>. Dra. Betysabel Vilar de Jesus, que através do seu material disponibilizado, livros doados, material emprestado, consegui muitas fontes necessárias para essa pesquisa. Gratidão por ter sido tantas vezes ouvinte desse meu “Jardim de Sonho”.

Às inesquecíveis professoras da graduação que tanto me ensinaram, agradeço à: Dra. Ada Augusta Celestino Bezerra (in memoriam), doce, carinhosa e firme quando necessário, minha primeira orientadora; Dra. Josefa Eliana Souza que, com muito brilhantismo me ensinou a gostar da História da Educação, através das disciplinas e pelos textos do Livro 500 anos de Educação no Brasil. Grande Pesquisadora de Sergipe! Amiga, Prof<sup>a</sup> Dra. Rita de Cácia Santos, pelos conselhos e oportunidades na minha vida acadêmica e, principalmente na retomada dessa pesquisa. Seu olhar crédulo me fortaleceu desde o início quando você me entregou o seu livro “Educação Infantil, Alfabetização e Educação Inclusiva” para que eu ficasse atualizada quanto às produções recentes sobre a Infância e a Educação Infantil em Sergipe.

Ao professor, amigo-irmão, Marcos Batinga, que reencontrei como meu orientador na especialização na Faculdade São Luís. Grata por todas as horas tristes e alegres que compartilhamos. Momentos únicos de aprendizado.

Aos colegas e amigos da UFS do extinto Programa de Pós-Graduação em Educação (NPGED) e do nosso grupo de pesquisa “Intelectuais da Educação” que, vira e mexe, ainda os encontros pelas nossas andanças acadêmicas: Maria José Dantas (Mazé), Josineide Siqueira, Nadja Bonifácio<sup>1</sup>, Solyane Lima, Sônia Albuquerque, Augusto Almeida, Maria do Socorro Lima, Vera Maria dos Santos, Simone Amorim, Evelyn da Silva Orlando, Geane Corrêa dos Santos, Jussara Silveira, Anne Emilie Souza e Rita de Cássia Dias Leal, Joaquim Tavares, Marco Arlindo, Magno Francisco, Samuel Albuquerque e Maria de Lourdes Porfírio. Sempre fomos embalados pelo desejo de dias melhores e de alçar novos voos em busca de nossos objetivos. Vocês voaram mais alto do que eu, agora retomei o

---

<sup>1</sup> NADJA, Bonifácio. **Acolher, evangelizar e educar**: contribuição do oratório festivo São João Bosco para a educação feminina em Aracaju (1914-1952). (Dissertação de Mestrado) São Cristóvão/SE, Programa de Pós-Graduação em Educação. UFS, 2011.

caminho e não vou mais parar. Agradeço os conselhos e as oportunidades de ter convivido com vocês aprendendo sempre.

Aos colegas e amigos que fiz no Mestrado/UNIT no ano de 2017, Amélia, Eliane, Luziane, Rita, Gledson, Isabela Santos, Isabela Araújo, Daniel, Rosângela, Rogério, Thamires; Doutorado e Grupo de Pesquisa: Maryluze, Joaquim, Luziane dos Santos, Maria Salete, João Ferreira, Gustavo; Estefany, (Iniciação científica).

Aos queridos amigos do Colégio Municipal Oviêdo Teixeira pelas mãos carinhosas e competentes de Mauro César Santos (Diretor), Betânia Fonseca Tavares (Coordenadora) e Ticianne Santos André Ramos, (Coordenadora Administrativa), estendo os meus sinceros agradecimentos à equipe docente através de Advanusia, Lívia Tavares, Meire, Magna, Ana Maria e Jane que, se mostraram tão prestativas e carinhosas em todas as fases desse Mestrado.

Ao meu grande amigo-irmão, Jailson Gomes dos Santos, técnico de computação, parceiro, incentivador, “marido de aluguel”, obrigada por todos os cafezinhos e conversas sem fim para que eu não dormisse e pudesse produzir essa dissertação. Sempre me animando com seus vídeos e papos altas horas e me ajudando a formatar e scanear os documentos. Sem palavras para agradecer.

Ao meu amigo Everton que está sempre me socorrendo com o conserto do carro para que eu possa dar andamento na vida e no Mestrado. Muito Obrigada!

Às minhas jovens amigas professoras: Girlaene Conceição de Assis, Juliane Moreira Lima, Bianca Dourado, todo o carinho a vocês que, me fazem sorrir sempre com altos papos regados de cafezinho no “salão”.

À minha família Cardoso: Humberto Cardoso (in memoriam), Cícera Francisca de Melo Cardoso (tios-pais) por todo o esforço de ter me orientado na vida e ter me ensinado o valor do estudo e dedicação. Aos meus primos-irmãos, José Henrique, Maria Helena, Maria Hortência, Maria Heloísa, Helenízia, Helma e Helba, por todo amor e carinho.

Às pessoas mais importantes: Deborah Evelyn dos Santos Lima e Marina dos Santos Lima (filhas), Guilherme Cauã Lima Monteiro (neto), Alan Adriano (genro), Ainara Caroline (nora), amores à vocês dedico essa dissertação e todo o meu amor que é infinito.

## RESUMO

A criação do Jardim de Infância em Sergipe era uma novidade inspirada nas novas vertentes da pedagogia brasileira que esteve associada à fundação de uma Inspeção de Higiene Infantil e Assistência Escolar, constituindo o projeto de edificação da “Casa da Criança de Sergipe”, no início da década de 1930. O objetivo dessa dissertação é compreender a trajetória histórica do primeiro Jardim de Infância do Município de Aracaju, “José Garcez Vieira”. Inaugurado no dia 10 de novembro de 1944, O período delimitado, de 1944 a 1959, refere-se, a dois períodos importantes da história da Instituição: ao período de implantação da instituição como Centro Municipal de Assistência até quando a instituição passou de fato a ser chamado instituído como Jardim de Infância José Garcez Vieira, em homenagem ao seu patrono. Com isso “O Jardim do Centro Municipal de Assistência à Criança”, assim chamado inicialmente, tinha como finalidade atender a uma parcela da população quase que totalmente excluída das poucas políticas públicas de educação infantil em Aracaju. Além disso, vale destacar que o filósofo Michel Foucault foi base de entendimento e conteúdo para esta obra, de acordo com o pensamento de genealogia da infância e poder normativo, de acordo com os pensamentos do autor. Os pressupostos teóricos e metodológicos que embasam esta pesquisa são analisados a partir dos conceitos de cultura escolar, com as normas e finalidades da escola, o papel e profissionalização do educador, os conteúdos e as práticas escolares da educação infantil. Para compreender o processo de constituição do Jardim de Infância utilizamos Instituições educativas, autores, bibliografias, artigos, como principais categorias de análise para alicerçar esse trabalho. Busca-se, também, com os resultados da pesquisa, mapear e identificar o tipo de criança que passou a ser atendida na pré-escola e contribuir para a história da Educação infantil educacional sergipana no tangente à história da instituição municipal em Sergipe.

Palavras-chave: História da Educação. Educação Infantil. Instituições Educativas. Jardim de Infância.

## ABSTRACT

The creation of the Kindergarten in Sergipe was an innovation inspired by the new ways of Brazilian pedagogy that have been associated with the founding of a Province of Child Hygiene and School Assistance, creating the project of "Child's House of Sergipe" at the beginning of the 1930s. The purpose of this dissertation is to understand the historical trajectory of the first kindergarten of the Municipality of Aracaju, "José Garcez Vieira". Inaugurated on November 10, 1944, the delimited period, from 1944 to 1959, refers to two important periods in the history of the Institution: the period of implantation of the institution as Municipal Assistance Center until the institution actually started to be called instituted as Jardim de Infância José Garcez Vieira, in honor of his patron. With this, "The Garden of the Municipal Center of Child Assistance", so called initially, had as purpose to attend to a portion of the population almost totally excluded from the few public policies of early childhood education in Aracaju. Besides that, it can be highlighted that the philosopher Michel Foucault was the base of this essay, with his knowledge and content, so as within his thoughts of genealogy for kids, and normative power. This institution aimed at the child's educational and care service in Aracaju in the 1940s, in the Siqueira Campos neighborhood, formerly the Aribé. Based on bibliographical; iconographic and documentary sources such as newspapers, magazines, decrees, ordinances, and photographs, collected at the Public Archives of the City of Aracaju, Archives of the Children's Education Institution "José Garcez Vieira", Historical and Geographical Institute of Sergipe and Public Library Epifâneo Dórea. The theoretical and methodological assumptions underlying this research are being analyzed from the concepts of school culture, with the norms and purposes of the school, the role and professionalization of the educator, the contents and the school practices of the children's education. In order to understand the process of constitution of the kindergarten, it was based on educational institutions, authors, bibliography, articles, such as many categories of analysis to solidify this essay. It is aimed with the results of the research to focus and identify kind of kids that studied at preschool and to contribute to the history of the Sergipe educational infant education in the tangent to the history of the municipal institution in Sergipe.

Keywords: History of Education. Child education. Educational Institutions. Kindergarten.

## SUMÁRIO

<b>SEÇÃO INTRODUTÓRIA .....</b>	<b>15</b>
<b>SEÇÃO I - O CONTEXTO EDUCACIONAL DAS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA EM ARACAJU .....</b>	<b>23</b>
<b>SEÇÃO II - TRILHAS PARA A CIVILIZAÇÃO – A DIFUSÃO DO PROJETO REPUBLICANO DE ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM SERGIPE.....</b>	<b>40</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>64</b>

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Prédio do Centro Municipal de Assistência à Criança (1944)  
.....35
- Figura 2** – Professora no tradicional passeio ao ar livre do lado Externo do Jardim de Infância com seus alunos, na década de 1960 ..... 46
- Figura 3** – Crianças do lado externo próximo à horta do Jardim de Infância Década de 1950..... 47
- Figura 4** – Apresentação com dramatização musical acompanhada pelo piano no Jardim de Infância, no ano de 1950 ..... 50
- Figura 5** – Crianças do Jardim com instrumentos musicais de uma banda ao lado das professoras – década de 1950 ..... 51
- Figura 6** – Crianças participando de uma apresentação em Homenagem ao Aniversário do Jardim de Infância (1959)..... 55
- Figura 7** - Alunos da Profa. Isa D' Ávila Maynard, participando da festa junina com casamento caipira, na década de 1960 ..... 56
- Figura 8** – Crianças e a professora Isa D'Ávila Maynard visitando o prefeito José Conrado de Araújo na passagem do seu aniversário (Década de 1960)  
..... 57
- Figura 9** – Professora cumprimentando seu aluno na missa de formatura na Igreja dos Capuchinhos. Fonte: Acervo de Isa Maynard, doado à pesquisadora ..... 58
- Figura 10** - Crianças numa apresentação lúdica com a professora de jogos e declamação (Década de 1960) ..... 62

## **LISTA DE SIGLA OU ABREVIATURAS**

**BDTD** - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

**CMAA** – Centro Municipal de Assistência à Criança

**DCB** – Departamento da Criança no Brasil

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**GPSEHM** - Grupo de Pesquisa Sociedade, Educação, História e Memória

**IPAI** – Instituto de Proteção e Assistência à Infância

**IHGSE** - Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

**LBA** - Legião Brasileira de Assistência Social

**PPED-** Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes

**PPED** - Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado e Doutorado da Universidade Tiradentes

**PPGED** - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância

**UNIT-** Universidade Tiradentes

**UFS** – Universidade Federal de Sergipe

## SEÇÃO INTRODUTÓRIA

[...] Por isso quero ensinar as crianças. Elas ainda têm olhos encantados. Seus olhos são dotados daquela qualidade que, para os gregos, era o início do pensamento: a capacidade de se assombrar diante do banal. Tudo é espantoso: um ovo, uma minhoca, um ninho de guacho, uma concha de caramujo, o voo dos urubus, o zinir das cigarras, o coaxar dos sapos, os pulos dos gafanhotos, uma pipa no céu, um pião na terra (PAIVA, 2001, p. 44).

Não abro o presente trabalho com um excerto do livro “A escola com que sempre sonhei sem imaginar”, escrito pelo psicanalista e poeta brasileiro Rubem Paiva, de forma gratuita. Se o cito, e de modo especial o cito como epígrafe, é diante de nossa – porque não dizer? – vontade de “voltar para as crianças” (Ibidem). Afinal, e como tão bem nos descreve o autor, a experiência infantil é marcada pelo assombro com o novo, pois, alí, na relação com o desconhecido – uma relação que para nós, adultos, talvez provocasse uma aflição; porque já seguros do que somos, porque indispostos a pensar diferente –, a criança tece processos educativos marcados pelo sentimento de descoberta, de criação, de transformação.

Contudo, e infelizmente, a potência de aprender com o assombro se perde; já que como nos diz o autor: “Com os adolescentes é diferente. Eles não têm olhos para as coisas”, pois, com ainda diz Paiva (Ibidem), “os adolescentes já aprenderam a triste lição que se ensina diariamente nas escolas: Aprender é chato. O mundo é chato. Os professores são chatos. Aprender, só sob ameaça de não passar no vestibular”. Assim, e inspirados em Paiva, o presente trabalho é um esforço de pensar, justamente, como a escola se constituiu como um ambiente que cinge as possibilidades múltiplas de ser infantil, no ato mesmo – e, talvez, possa dizer, ato paradoxal – de educar os corpos a partir de um sentido muito

específico de infância e, assim, nos constitui como adolescentes e adultos que não tem *olhos para as coisas*.

Passei a me interessar pela temática de como somos ensinados a viver a infância durante minha graduação em Pedagogia, realizada na Universidade Tiradentes (UNIT/SE). Falo, de modo especial, das vivências que tive nas disciplinas ligadas ao tema da Infância: “Fundamentos da Educação Infantil” e “Fundamentos e Metodologia da Alfabetização”, ministradas por Elisabeth; as disciplinas de “História da Educação I e II”, ambas ministradas pela professora Dra. Josefa Eliana de Souza; e a disciplina “Monografia”, ministrada pela professora Dr<sup>a</sup> Ada Augusta Celestino Bezerra.

Ao concluir a graduação, cursei algumas disciplinas como aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Concomitantemente, ingressei, como pesquisadora voluntária, no Grupo de Pesquisa “Intelectuais da Educação, Instituições Educacionais e Práticas Escolares”, coordenado pelos Professor Dr. Jorge Carvalho e a pela Professora Dra. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas. Neste momento de minha trajetória, surgiu, no grupo, a sugestão para que eu estudasse a educação dos sujeito infantis a partir do caso do Jardim de Infância José Garcez Vieira.

Assim, ingressei no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, sob orientação da professora Dra. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto. Com os estudos desenvolvidos nas disciplinas e nas discussões do “Grupo de Pesquisa Sociedade, Educação, História e Memória (GPSEHM)”, o projeto passou por mudanças nos seus objetivos, nas metodologias e no aporte teórico/metodológico. Na reta final da pesquisa, e com o afastamento da professora Dr.<sup>a</sup> Raylane Barreto do PPED/UNIT, finalizei o trabalho sob orientação do professor Dr. Gregory da Silva Balthazar.

Ao longo dessa trajetória na UFS e na UNIT, busquei fontes documentais que viabilizassem uma pesquisa de mestrado. Em uma circunstância muito feliz, encontrei uma ex-professora do Jardim de Infância José Garcez Vieira, chamada Isa D’Ávila Maynard, que generosamente me doou todo o seu acervo fotográfico de quando atuava como professora à época em que trabalhou naquela escola (as fontes datam do ano 1954 até 1987). São, sobretudo, imagens fotográficas de diversas ocasiões vivenciadas pela comunidade escolar no Jardim.

Munida dessas primeiras pistas pude, então, vislumbrar algumas reminiscências dos festejos ou das práticas culturais do Jardim de Infância Municipal; o que traçou o início mais concreto do caminho da pesquisa e da construção deste trabalho. Sentia-me tecendo uma colcha de retalhos, cheia de fragmentos históricos da instituição: criação, funcionamento, objetivos e personagens dessa instituição que nas suas primeiras décadas deixaram saudades. Assim, e como continuidade de construção dessa colcha de retalhos da memória, visitei alguns acervos em busca de outras fontes. No Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), encontrei um grande manancial de notícias em Jornais, artigos de revistas e arquivos públicos do município de Aracaju - relatórios, ofícios, regulamentos e fotografias. Dentre os achados, destaco os documentos cedidos ao IHGSE pela Sra. Maria Ligya Maynard, filha do patrono e prefeito José Garcez Vieira e neta do Coronel Augusto Maynard Gomes; estes documentos serviram para traçar a trajetória histórica de dedicação do seu pai ao Jardim de Infância, além da Festa de Inauguração dessa instituição que foi um marco na história da educação de Sergipe.

Se falo em marco, é porque o Jardim de Infância José Garcez Vieira foi a primeira instituição pública de educação de crianças do município de Aracaju, capital do estado de Sergipe. Inaugurado em 10 de novembro de 1944, o Jardim fez parte do projeto assistencialista da “Casa da Criança” em Sergipe, vinculada ao Centro Municipal de Assistência à Criança (CMAA).<sup>2</sup> Tinha, como objetivo primeiro, o atendimento integral à criança de até 6 anos de idade, oriundas das camadas populares do bairro Siqueira Campos e adjacências. Inicialmente, a instituição tinha um caráter assistencialista, fazendo parte do Centro Municipal de Assistência à Criança no Município de Aracaju. Localizado no bairro Siqueira Campos, o Centro Municipal era popularmente conhecido pelos antigos

---

<sup>2</sup>O Centro Municipal de Assistência à Criança era um Projeto de iniciativa governamental idealizado com base nas práticas e na organização do Jardim de Infância da “Casa da Criança” que tinha o objetivo de cuidar, proteger e educar às crianças em Aracaju no sentido da assistência à infância pobre, desvalida e desamparada. Em 1942 foi criada a “Casa da Criança”, pelo Departamento Nacional da Criança, uma instituição que reuniam todos os estabelecimentos de atendimento à infância com o objetivo de proteger evitando a marginalidade de crianças e adolescentes carentes. (OLIVEIRA, 2007)

moradores do bairro como “Casa da Criança Operária” e também era popularmente chamado “Jardim de Infância Operário”.

Voltada, portanto, ao atendimento dos filhos dos operários, a instituição foi idealizada a partir de diretrizes da chamada Escola Nova; propondo, assim, uma educação básica pública a sujeitos, até então, aliados do processo educacional: crianças pobres, desassistidas socialmente e excluídas de assistência educacional. Importa, aqui, dizer que o projeto da Escola Nova influenciou fortemente as políticas nacionalistas para educação do presidente Getúlio Vargas, uma proposição que pode ser observada em uma afirmativa emblemática de Cecília Meireles - uma das precursoras da escola novista no Brasil - sobre a instituição da presidência de Vargas em 1930: Para Meireles e Moraes (2016, p. 765) “está realizada a revolução que desejávamos para poder educar a criança!”, pois, ainda segundo ela, “a pátria é isso: uma infância que evolui continuamente”

Com efeito, a analogia que Cecília Meireles faz entre o conceito de pátria e de infância nos é cara, certamente, para pensarmos a preocupação com a educação das crianças e dos jovens na construção do projeto de nação da Era Vargas.<sup>3</sup> Nesse sentido, e segundo Adriano Duarte (2000), o projeto educacional de Vargas foi audaciosamente amplo: iniciando aos 2 anos de idade, com os Parques Infantis; até à Juventude Brasileira, destinada à formação de jovens de 16 a 18 anos. Particularmente para a educação das crianças, as políticas educacionais varguistas determinavam, com os Parques Infantis, dois níveis de ensino: a Escola Maternal para crianças de 2 a 4 anos; e o Jardim de Infância para crianças de 4 a 7 anos.

Logo, a própria noção de infância e, por extensão, de educação da infância ganham novas cores sob o vulto de um discurso nacionalista em emergência. Discurso, este, intimamente ligado às noções de higienização do corpo infantil que começavam a se tornar uma verdade incontestável e intransponível no Brasil do

---

<sup>3</sup> É imperativo mencionar que a relação entre Vargas e os escolanovistas não foi coesa ou sem tensões. No sentido de exemplificar essa questão, e pensando no já citado exemplo de Cecília Meireles, José Moraes (2016, p. 175) demonstra como a professora e poetisa acabou, paulatinamente, se tornou uma crítica ao governo Vargas, pois não viu, com a instituição do presidente, se cumprirem as promessas do processo revolucionário de 1930: “em seus escritos, apagou-se a crença em uma mudança que favorecesse as crianças e os brasileiros de modo geral”.

início século XX: autoridades públicas, religiosos, filantropos, professores e médicos afirmavam, nos anos 1920 e 1930.

a infância e a adolescência são as fases mais propícias para uma sólida educação e para formar os cidadãos saudáveis de amanhã. [...] eis o período em que são corrigíveis os desvios de desenvolvimento” (STEPHANOU, 2012, p. 13).<sup>4</sup>

Assim, a autora demonstra como a escola foi um locus importante para solidificar a virada da noção de infância, produzindo subjetividades infantis e visões de mundo muito específicas.

Se falo em mudança histórica dos lineamentos da noção de infância, é alicerçada nas considerações de autores como Ariès (2012) e Kuhlmann (2004) que nos mostram como os sentidos sedimentares de infância variam conforme o contexto histórico e cultural. Como exemplo disso, lembro, aqui, de uma passagem de Kuhlmann sobre as marcas históricas de uma noção moderna de infância:

Se num primeiro momento, o sentimento moderno da infância enfatiza o seu prolongamento e inclui o período dos 7 aos 14 anos –o *puer* se torna *infans* –, ao longo do século XIX, as instituições educacionais passam a ser pensadas também para o período anterior, dos 0 aos 6 anos. Agora, a *infans* se torna *puer*, a idade da razão deixa de ser considerada um marco de ingresso na vida social e começa a se reconhecer que as crianças menores podem aprender e ser educadas em instituições coletivas. É um movimento que começa por retroceder à faixa dos 4 aos 6 anos, para depois incluir o período dos 0 aos 3 anos. [...] O final do século XIX e o início do século XX demarcam uma segunda fase, um período em que a infância e a sua educação integram os discursos sobre a edificação da sociedade moderna (KUHLMANN, 2004, p.118-119).

Não trago Kuhlmann para problematizarmos os sentidos modernos de infância *stricto sensu*, mas, antes e como dito, para demonstrar como estes autores descontroem uma noção naturalizada de infância e, com isso, nos dão a ver que a experiência de ser sujeito infantil tem historicidade. É, pois, como os

---

<sup>4</sup>STEPHANOU, Maria. Currículo escolar e educação da saúde: revisitando a história. In: MEYER, Dagmar et all (Org.). Saúde, sexualidade e gênero na Educação de jovens. Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 13-28.

estudos de infância têm, cada vez mais, sublinhado a historicidade não só das formas como conhecemos a infância, mas, sobretudo, como elas nos ensinam modos de ser sujeito infantil que importam para nós. Afinal, é esta a tarefa mais central que assumo com este trabalho; o que, nos termos de uma questão, uma questão por certo inspirada na proposta genealógica de Michel Foucault, pode ser

traduzida do seguinte modo: como os sujeitos que passaram pelo Jardim de Infância José Garcez Vieira foram educados a partir dos sentidos onto-epistemológicos de infância que era ordem do discurso em meados do século XX?

Aqui, então, uma outra pergunta se faz necessária: com a documentação levantada e a problemática definida, como construir, metodologicamente, a pesquisa? Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com análise documental dos Regimentos, Decretos, Portarias e fontes iconográficas. Com o primeiro objetivo, busco mapear e identificar o tipo de criança que passou a ser atendida na pré-escola, na época de criação desta instituição; o segundo, analisar os motivos que levaram à criação do Jardim de Infância José Garcez Vieira através da difusão do Projeto Republicano de organização da instrução pública em Sergipe; e o terceiro, interpretar quais eram as práticas pedagógicas e os elementos da cultura escolar através da inserção da criança na instituição.

Quanto às fontes de pesquisa que utilizei, destaco que, para a escrita, recorri ao Regimento, às Fotografias, aos Regulamentos, aos Relatórios e Diplomas, aos Ofícios, aos Decretos e aos Jornais Sergipanos. Consideramos que a série de documentos em um arquivo, com suas falhas e lacunas, pode sinalizar as tão procuradas mudanças no movimento da história. Não encontrar um documento para determinada época e localizá-lo em profusão em outro período, constitui-se pista e ponto de partida para muitas indagações. Parafraseando Júlia (2001), se o historiador faz flecha com qualquer madeira, o arquivo se torna uma boa madeira, um material necessário; mesmo quando, na ausência de determinados documentos em seu acervo, ele aparentemente se cala.

Nesse sentido, e metodologicamente abarcando, complexificar o lugar do Jardim de Infância José Garcez Vieira nos jogos de saberes e poderes que sustentam os horizontes ontológicos de uma forma de ser infantil é, portanto, uma problematização de uma história implicada com a genealogia foucaultiana. Com efeito, perguntar sobre as formas como nos constituímos como sujeitos (e, no caso

desse trabalho, sujeitos infantis) é um compromisso com uma história que busca “assinalar a *singularidade* dos acontecimentos, fora de qualquer finalidade monótona, espreitá-los lá onde menos se espera e no que passa por não ter história alguma” (Foucault, 2013, p. 273). É, portanto, uma escrita histórica preocupada com a historicização do mais hodierno da vida, com nossos gestos mais simples e menores. Penso, portanto, que se torna necessário problematizar os sinais da possibilidade de emergência dos acontecimentos em suas singularidades (da infância, enquanto acontecimento de um tempo).

Para tanto, e se falo em sinais como um elemento importante a uma história genealógica, é porque penso na proposta de paradigma indiciário do historiador Carlos Ginzburg e suas possibilidades de problematização da cultura escolar (concebida, aqui, como um desses sinais que constituem uma noção de infância enquanto acontecimento). Para Ginzburg (2007, p. 144), o paradigma indiciário aponta, nessa perspectiva genealógica de história, que o historiógrafo deve ser como “um detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria”. Assim, e segundo a proposta do historiador em destaque, a documentação sobre a ser analisada é pensada, aqui, como pistas infinitesimais que permitem vislumbrar o cotidiano da cultura escolar do Jardim de Infância José Garcez Vieira e as formas como educava modos de ser criança em meados do século XX.

Em suma, podemos dizer que a genealogia “é aquela que diagnostica e se concentra nas relações de poder, saber e corpo na sociedade moderna” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 140). A genealogia insere-se no ponto da articulação do corpo com a história, mostrando um corpo marcado pela história (FOUCAULT, 2009, p.65).

A partir dos pensamentos demonstrados, no intento de organizar este trabalho e, assim, apresentar o histórico da instituição, procurei, no decorrer do primeiro capítulo, traçar o contexto educacional de Aracaju e as primeiras iniciativas de atendimento à infância, baseado nos elementos da Cultura Escolar do autor Dominique Julia (2001). Com isso, demonstrar-se-á como a criação dessas instituições educativas em Sergipe, a partir da segunda metade do século XX, reverberou na criação e implantação do Jardim de Infância José Garcez Vieira. Além disso, explorar-se-á sobre pensamentos e entendimentos do filósofo Michel

Foucault, com base em suas literaturas voltadas para a infância que abarcam a genealogia e poder disciplinar.

No segundo capítulo, analiso as propostas pedagógicas dos que assumiram a Direção da Instrução Pública sergipana nas primeiras décadas do século XX e que se constituem como um movimento discursivo importante para traçar noções novas sobre infância caras ao novo ordenamento político-cultural nacional. Com efeito, a difusão de ideias de renovação do ensino pré-primário e o ideário de inserção do aprendiz no ensino primário dos grupos escolares são partes como a escola se tornou um dispositivo, fundamental, para uma república edificada sobre um discurso nacionalista civilizatório.

Na terceira seção, interpreto as práticas pedagógicas e as representações da escolarização da infância existentes no Jardim de Infância José Garcez Vieira: método de ensino, dos conteúdos curriculares, dos espaços, da mobília, da arquitetura, das comemorações e festas cívicas recorrentes que se estendia ao longo do ano. Por meio do conceito de cultura escolar, demonstro, no trato com as fontes, as formas como as vivências mais cotidianas no Jardim envolviam a produção ativa de sensibilidades, de modos de percepção de si e dos outros, de agir e de pensar o mundo; enfim, a cultura escolar como parte singular para a educação de indivíduos em sujeitos de um discurso particular de infância.

## O CONTEXTO EDUCACIONAL DAS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA EM ARACAJU

---

### SEÇÃO I

O historiador Dominique Julia<sup>5</sup> (2001) demonstrou como a construção da cultura escolar – as normas e as práticas que dão vida à escola, além de seu clima organizacional em si – está intimamente implicada em relações de força que dão sentido a uma (e, ao mesmo tempo, ganham sentido de uma) forma específica de cultura infantil. Assim, e em um primeiro momento, Julia (Ibidem, p. 23) nos provoca a pensar que os estudos da cultura escolar se debruçaram, por muito tempo, sobre as normas pedagógicas e curriculares que ordenaram a vida escolar; focando, singularmente, em seu poder quase que absoluto ou, nas palavras do autor, sua “tentação ‘totalitária’, ou ao menos englobante de todo o ser da criança. Porém, e ainda segundo o autor, é imperioso que não percamos de vista que “resistências e contradições atravessam a aplicação dessas ambições” normativas e totalizadoras das práticas que constituem a cultura escolar e a educação dos alunos.

O verbo “educar” deriva da forma latina “educō”, “-āre” que, por sua vez, provém da justaposição da preposição “ex” (para fora, para outro lugar) com o verbo “duco”, “ere” (levar, carregar). A raiz no proto-indo-europeu é “deuk” (também levar, carregar); tal raiz entra na composição de milhares de palavras em todas as línguas europeias.

Sendo assim, entende-se que a educação (também podendo ser classificada como uma cultura semelhante a um grupo) conduz os outros que estão fora desse círculo de semelhança.

---

<sup>5</sup> É diretor de pesquisas do CNRS, antigo prof. do Instituto Universitário Europeu (Florença), e especialista em história religiosa e história da educação na época moderna. Publicou *Les trois couleurs du tableau noir. La révolution* (Paris, Berlim, 1981) e, em colaboração com Marie-Madeleine Compère, *Les collèges français (XVIXVIII siècles)*, 2 vols. (Paris Editions du CNRS-INRP, 1984 e 1988). Dirigiu o vol. *Enseignement de l’Atlas de la Révolution française* (Paris, Editions du EHESS, 1988).

Em uma visão literária, diversas são as correntes adotadas pelos autores quanto a forma e o estilo de educar. Porém, em uma leitura foucaultiana – que será nosso foco em demasia neste trabalho – essa cultura adotada nas escolas, significa a problematização de uma rede de saber-poder sobre a infância implicada à cultura escolar e, que a partir dela ganha-se forma o desejo de conhecimento sobre o corpo infantil no século XX e estabelece, de forma inelutável, uma vontade de poder sobre este mesmo corpo que nomeia, ensinando, a partir da cultura escolar, formas de ser crianças; ou seja, posicionando indivíduos e seus corpos dentro de uma ordem discursiva sobre o que é e como deve ser um sujeito infantil.

O sociólogo Zygmunt Bauman<sup>6</sup> (2004), ao analisar as ferramentas de dentro e fora da caixa da sociabilidade, permite-nos instigar o pensamento direcionado a algum tipo de mutação no campo social de nossa sociedade:

Nenhuma variação do convívio humano é plenamente estruturada, nenhuma diferenciação interna é totalmente abrangente, inclusive em livro de ambivalência, nenhuma hierarquia é total e congelada. A lógica das categorias imperfeitas preenche a diversificação endêmica e a desordem das interações humanas. Cada tentativa de completar a estruturação deixa um grande número de “fios soltos” e significados contenciosos (BAUMAN, 2004, p. 91)<sup>7</sup>

Assim, e tomando de empréstimo a noção genealógica de sujeito de Foucault, a relação entre focos de saber, poder e subjetivação integra os indivíduos a uma economia discursiva sobre a infância que passa a constituir os corpos infantis como uma verdade intransponível de um tempo.

Nesse sentido, lembra as palavras de Foucault (2001b, p. 13)

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto

---

<sup>6</sup> Zygmunt Bauman foi um sociólogo e filósofo polonês, professor emérito de sociologia das universidades de Leeds e Varsóvia.

<sup>7</sup> Descrito certa vez como "profeta da pós-modernidade" (com o que não concorda), por suas reflexões sobre as condições do mundo da "modernidade líquida", os temas abordados por Bauman tendem a ser amplos, variados e especialmente focalizados na vida cotidiana de homens e mulheres comuns. Holocausto, globalização, sociedade de consumo, amor, comunidade, individualidade são algumas das questões de que trata, sempre salientando a dimensão ética e humanitária que deve nortear tudo o que diz respeito à condição humana. (PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia, 2004)

quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

Desprender-se de si, não se manter preso a uma identidade, elaborar-se como uma obra de arte são algumas das proposições éticas foucaultianas. E a escrita pode ser uma vigorosa prática de si (FOUCAULT, 2004a)<sup>8</sup>.

A genealogia não busca a profundidade dos acontecimentos, mas sim a superfície, os contornos sutis, os detalhes quase despercebidos, pois essa noção de essência das coisas é algo construído (DREYFUS; RABINOW, 2009, p. 143)<sup>9</sup>.

A genealogia foi um tópico imprescindível para a análise do poder, tendo seu início em um ensaio denominado Nietzsche, a genealogia, a história, originalmente publicado em 1971 e integrado ao livro *Microfísica do Poder*. No mesmo ano, em “A Ordem do Discurso”, Foucault relatou e comentou sobre as aproximações entre a arqueologia e a genealogia. Parafrazeando o filósofo, existe uma complementaridade entre a arqueologia e a genealogia na medida em que a primeira trata o discurso como objeto, incluindo o estudo das continuidades e rupturas; enquanto a genealogia prende-se às formações efetivas dos discursos, ou seja, uma dialoga com a outra (FOUCAULT, 2009, p. 69).

Nessa relação, o objetivo da genealogia dá-se em fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-lo, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns.[...] as genealogias são anti-ciências, não porque a genealogia rejeita o método científico ou reivindique o direito da ignorância, mas sim porque a genealogia trata das insurreições dos saberes. (FOUCAULT, 1999, p. 15)

Podemos fazer a genealogia do Estado moderno e dos seus diferentes aparelhos a partir de uma história da razão governamental. “Sociedade, economia, população, segurança, liberdade: são os elementos da nova governamentalidade,

---

<sup>8</sup> FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. Ditos & escritos: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. v. 5.

<sup>9</sup> FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 231-249.

cujas formas, parece-me, ainda conhecemos em suas modificações contemporânea” (Foucault, 2008<sup>a</sup>, p. 476)

Parafraseando o mesmo autor, por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros –soberania, disciplina –e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes (FOUCAULT, 2008, p. 143-144)<sup>10</sup>

Desde que a sociedade existe, há relações de poder, seja ele disciplinar, normativo ou hierárquico, como separa Maria Sylvia Zanella Di Pietro<sup>11</sup>. Contudo, como Foucault aponta em *Vigiar e Punir*, na modernidade, as instituições mudaram sua forma de atuação. “Antes da era neoliberalista, o sujeito sofria severas punições e castigos corporais, porém essas práticas resultavam no enfraquecimento de sua força vital, deixando-o improdutivo.” (FOUCAULT, 1988, p. 117-143)<sup>12</sup>

Seguindo as proposições de Michel Foucault (1988, p. 104), é preciso lembrar que “lá onde há poder há resistência e, no entanto, esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. O mesmo autor (2003 [1978b], p. 255) caracteriza o poder disciplinar não pelo mecanismo da exclusão, mas pela

---

<sup>10</sup> FOUCAULT, M.; SENELLART, M. *Segurança, território, população* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

<sup>11</sup> Professora aposentada titular de Direito Administrativo da Universidade de São Paulo. Mestre e Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo. Procuradora do Estado de São Paulo aposentada. Autora de diversos livros de Direito Administrativo dentre os quais seu Curso de Direito Administrativo em sua 33<sup>o</sup> edição pela ED GEN. (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Biografia de Maria Sylvia Zanella Di Pietro*. *Jornal de Direito Administrativo*, ISSN 2675-2921, a. 1, v. 2, maio/2020, disponível em: [www.dtoadministrativo.com.br](http://www.dtoadministrativo.com.br). acesso em: 20 de março de 2022.)

<sup>12</sup> FOUCAULT, M. *A história da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 3

“[...] inclusão no interior de um sistema no qual cada um devia ser localizado, vigiando e observando noite e dia, no qual cada um devia ser acorrentado à sua própria identidade”

Assim, e se aqui trago tais posicionamentos, é para compreender como as crianças são de fato sujeitos educados dentro de um horizonte sociohistórico normativo e assujeitador, mas, longe de serem passivas nesse processo, são agentes produtoras da mesma ordem sociocultural da qual são sujeitos: “a porta de entrada para o estudo da alteridade da infância é a ação das crianças e as “culturas da infância”” (SARMENTO, 2005, p. 373).

a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ele não recobria apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica; mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros. O modo de relação próprio do poder não deveria, portanto, ser buscado do lado da violência e da luta, nem do lado do contrato e da aliança voluntária [...]; porém, do lado deste modo de ação singular [...] que é o governo (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Mais centralmente, falar das formas como as redes de saber-poder dão forma a uma ontologia da infância é mostrar não somente os modos de disciplinamento e constituição normativa da infância, mas, também, de complexificar formas possíveis de resistência: como as crianças se desenvolvem na relação, mesmo que sejam aplicadas normas a elas, formas de cultura (culturas infantis); o que, seguindo as proposições de Foucault (1988), nos mobiliza a abandonar a ideia de uma infância como fenômeno natural/imutável em direção à ideia de uma da infância como um fenômeno radicalmente histórico.

A organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar. Permitiu ultrapassar o sistema tradicional [...] determinando lugares individuais, tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar,

mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar (FOUCAULT, 2010, p. 142)<sup>13</sup>.

Assim, ao trazer um debate historiográfico, evidencio o conjunto de práticas escolares que fomentaram um tipo de cultura escolar característico aos 'Jardins de Infância' na metade do século XX, concebidos como espaço para a institucionalização da infância a partir de uma ideia nacionalista e sanitária de educação.

Introduzindo-se a um tópico diverso, faz-se importante compreender como o processo de implantação de instituições infantis no Brasil emergiu, enquanto questão, no início do século XX; momento que começou a surgir intensos debates de intelectuais, médicos, juristas e políticos sobre a urgência de um *governo das condutas infantis* (sobretudo, da urgência de disciplinar uma infância marcada pela ideia de pobreza e degenerência):

Era o reconhecimento da situação da infância como um problema social decorrente da miséria das camadas populares. Com isto, não apenas os discursos, mas também as políticas criadas para a infância, foram ganhando cunho mais social e, de maneira mais clara, tornaram-se pontuais e diferenciadas (PEREIRA, 2006, p. 5).

A partir desse excerto, é possível compreender como Ivonete Pereira<sup>14</sup> nos propõe que, no Brasil da primeira metade do século XX, observou-se um investimento de diferentes saberes que tentavam dar conta de um novo projeto nacional e, mais centralmente, como a infância ocupava um lugar singular dentro desse processo civilizatório. É importante, ainda segundo esta historiadora, compreender como os saberes dos reformadores sociais eram, à época, profundamente marcados por um inelutável paradoxo: de um lado, era urgente e

---

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. Terceira parte: Disciplina. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p.131-185.

<sup>14</sup> PEREIRA, Ivonete. Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinquência e da desvalia: Florianópolis 1900-1940. Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná.

necessário o amparo das crianças pobres por meio de políticas assistencialistas, no sentido de melhor governar o corpo da população; de outro lado, e inseparável do primeiro, era preciso defender o coro social dos perigos que uma infância degenerada poderia representar.

Em um projeto mais amplo de nação, o Brasil passou, no início do século XX, - sobretudo a partir de Vargas (ou, talvez, de forma mais concreta a partir do Estado Novo) – a investir em complexas práticas de gestão da vida que passaram a ser sustentadas pelo constante funcionamento de processos de normalização que visavam, a um só tempo, o disciplinamento do corpo dos indivíduos e a regulação do corpo social (FOUCAULT, 1988). Em outros termos, e seguindo as proposições de Maura Lopes (2009, p. 154) sobre o pensamento de Foucault, os Estados-nação construíram modos de governo caracterizados por um conjunto de “práticas que constituem formas de vida [...], em que os processos de ensino/aprendizagem devem ser permanentes”. Mas, de acordo com Foucault (1996), como seria possível “governar os pobres, os pedintes, as crianças, como governar diferentes grupos, cidades, estados”?

Conceitua Alexandre Filordi (2015)<sup>15</sup> que

Com a multiplicação das artes de governar, entramos na era da governabilidade: tudo o que diz respeito à existência humana, de maneira individual ou coletiva, tornou-se passivo de objeto de comando, de ordenação, de alinhavo, de controle, de saberes, de gestão, de medida e de cálculo, de organização e de aperfeiçoamento das funções preestabelecidas pelos dispositivos de governo.

Assim, e pensando no caráter educativo das formas de gestão da vida, as redes de saber-poder focalizavam, no início do século XX, um amplo processo pedagógico no Brasil, cujo pensamento científico ocupava um lugar singular para disciplinamento dos corpos e que, por extensão, atendia ao projeto civilizatório de nação em emergência. Portanto, e como dito, o discurso higienista atrelado às propostas escola-novistas ocupou, nas primeiras décadas novecentistas, um lugar

---

<sup>15</sup> Alexandre Filordi de Carvalho; Silvio Gallo (org.). Repensar a educação: 40 anos após Vigiar e Punir. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015, 461 pp.

fundante para a organização do sistema nacional de educação; já que a criança era pensada como um capital humano que deveria ser cuidado, cultivado, acompanhado, disciplinado, para que pudesse frutificar como bom cidadão do futuro (BASTOS; STEPHANOU, 2005).<sup>16</sup>

Dando continuidade a meu argumento, nesse contexto de jogo de forças que toda a cultura escolar passou a ser organizada a partir da - e, ao mesmo tempo, para organizar a - compreensão da criança como um corpo passível de moldagem e pedagogizável (disciplinamento do corpo dos indivíduos), mas que, invariavelmente, levaria os preceitos do novo cidadão brasileiro para seus lares e educaria seus familiares dentro dessa nova ontologia do cidadão brasileiro (regulação do corpo da população). Com efeito, os discursos dos reformistas higienistas que estruturaram as propostas educacionais brasileiras na primeira metade do século XX tiveram um grande enfoque na escola e no corpo infantil, para, a partir deles, estabelecer um processo de normalização e governo mais amplo da população. Segundo Foucault “esta higiene, como regime de saúde das populações implica, por parte da medicina, um determinado número de intervenções autoritárias e de medidas de controle”.<sup>17</sup>

Como isso se desdobrou no desenvolvimento de instituições educativas no Sergipe? Neste contexto que apresentei, o médico e educador Helvécio de Andrade, então Diretor Geral da Instrução Pública, inaugurou a Casa da Criança de Sergipe em 1931/2; uma instituição composta de um Jardim de Infância e uma Inspeção de Higiene da Infância (Leal, 2008).<sup>18</sup> Em seu trabalho sobre

---

<sup>16</sup> STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. História e Memórias da Educação no Brasil - Século XX. Petrópolis, Vozes, 2005.

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 201

<sup>18</sup> Em Sergipe, antes das instituições de cunho educativas, como os Jardins-de-Infância, haviam instituições como o Oratório Festivo “São João Bosco”, uma das instituições de ensino católico caritativo visando o atendimento a menores abandonadas no Estado. A instituição objetivava recolher, instruir e educar meninas pobres e órfãs, proporcionando, inicialmente o ensino de valores morais e religiosos. Ver mais em: Acolher, evangelizar e educar: contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para educação feminina em Aracaju (1914-1952); (BONIFÁCIO, 2011); Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no orfanato de São Cristóvão e da Escola da Imaculada Conceição (922-1969) (SANTANA, 2011).

instituições infantis em Sergipe, Rita de Cássia Leal<sup>19</sup> cita o relatório de Helvécio de Andrade a Augusto Maynard, então Interventor Federal em Sergipe, em que o médico e educador destaca o que deveria ser priorizado nos Jardins de Infância sergipanos:

A criança, afastada dos meios indesejáveis, em que consome os primeiros anos de existência na observação dos objetos materiais; da vontade pelos hábitos que adquire nos trabalhos, que executa da saúde pela higiene, que a cerca (ANDRADE; LEAL, 2008, p. 85).

Assim, e como fundamentados nos pensamentos de Foucault, é possível apreender como a criação de instituições infantis em Sergipe (mas, certamente, correlata a um projeto nacional mais amplo implementado na Era Vargas) visava educar o corpo infantil para exercer um controle sobre a vida social. Conforme Leal (2008)<sup>20</sup>, é possível observar o encontro de vetores de força do discurso higienista e do pedagógico no ato mesmo em que – mais tarde nomeado – Jardim de Infância Augusto Maynard esteve atrelado à Inspetoria de Higiene Infantil:

o estabelecimento reproduzia, na sua instalação, um modelo presente no Brasil no período de 1930 [...] a influência do movimento dos eugênicos, que pregavam a regeneração da raça [...]. Assim, o jardim de infância foi uma instituição criada para os fortes, sadios, bem constituídos, que pudessem ser preparados para o futuro.

Contudo, é importante dizer que o Jardim de Infância Augusto Maynard visava atender os filhos da elite sergipana, já que a infância mais pobre não era foco do processo educacional nesse primeiro momento em Sergipe.

---

<sup>19</sup> Professora com Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do corpo docente da Faculdade São Luís de França no Curso de Pedagogia, lecionando nas áreas de Alfabetização, Educação Infantil, Teorias da educação, Prática de Ensino e orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Professora da Rede Pública Estadual, atuando no Ensino Fundamental. (LATTES, 2020). Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/2494560/rita-de-cassia-dias-leal>. Acessado em: 23 de março de 2022.

<sup>20</sup> LEAL, Rita de Cássia Dias. **O primeiro jardim de infância de Sergipe**: contribuição ao estudo da educação infantil (1932-1942). São Cristóvão, SE, 2008. NPGED/UFS. (Dissertação de Mestrado).

Contudo, este é um cenário que se vê transformado com o processo de urbanização da cidade de Aracaju nos anos 1940 e 1950, tendo em vista o perigo biopolítico que uma criança deturpada representava aos ideais dos reformadores:

O centro de Aracaju crescia com casarios imponentes, edifícios de três ou mais andares, conhecidos como “arranha-céus”. Segundo o prefeito Godofredo Diniz, a preocupação da prefeitura estava no serviço de calçamento da cidade. Essas obras ocorriam principalmente no centro da cidade como nas ruas São Vicente, Santo Amaro, Gerú, Laranjeiras e Vilanova. A cidade, considerada símbolo do novo e do progresso, precisava modernizar suas ruas e criar espaços públicos para o lazer e para o consumo. No entanto, o centro da cidade não estava imune aos problemas sociais apresentados em todo país. A presença do segmento pobre da população incomodava, com sua presença, no centro da cidade. Considerada como área podre da cidade, as favelas da Ilha das Cobras e do Morro do Bomfim desconfiguravam a estética do centro urbano e afetavam a fama de cidade higienizada, por isso precisavam ser demolidos para que a cidade ganhasse uma paisagem mais homogênea, mais limpa, mais saneada. Essa preocupação estava relacionada à normalização da sociedade, no intuito de eliminar, do espaço urbano, elementos responsáveis pelas desordens social, física e moral (2007, p. 33).<sup>21</sup>

Portanto, e conforme Alessandra Bispo (2007)<sup>22</sup>, as várias camadas dos discursos de higienização social – medico, jurídico, político, educacional – tornaram-se uma espécie de urgência ao poder público da cidade de Aracaju na metade do século XX. Mais centralmente, a população decaída – usando um termo de Ivonete Pereira (2004) – colocava em xeque ou em perigo o projeto de desenvolvimento moderno, uma vez que a população pobre representava a degenerescência do projeto de cidadão brasileiro: “a presença dessa população

---

<sup>21</sup> ESTADO DE SERGIPE. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Eronides Ferreira de Carvalho, Interventor Federal no Estado, pelo Prefeito da capital Godofredo Diniz Gonçalves. Aracaju: Imprensa Oficial, 1939. p. 7.

<sup>22</sup> BISPO, Alessandra Barbosa. **A Educação da Infância pobre em Sergipe**: a cidade de menores Getúlio Vargas (1942-1974) São Cristóvão, SE, 2007. NPGED/UFS. (Dissertação de Mestrado).

pobre no centro urbano representava um lócus de desordem, doenças, criminalidade e imoralidade” (BISPO, 2007, p. 33).

No sentido de dar a ver este argumento, e que fique de melhor compreensão, é interessante, para nós, retomarmos a figura do Zeca Tatu; criado, nos anos de 1910, por Monteiro Lobato<sup>23</sup> em artigos para o jornal “O Estado de São Paulo” e posteriormente publicados no livro “Urupês” de 1918. Conforme Dain Borges (2005), Monteiro Lobato havia criado Jeca Tatu para simbolizar, aos moldes do discurso eugênico, a degenerescência racial: um caipira, alcoólatra, caboclo deturpado, cliente de coronéis, limpando o terreno de forma abusiva através de queimadas sem controle. Contudo, e com a emergência dos saberes médicos dos reformadores higienistas,

Monteiro Lobato fez uma mudança emblemática da visão de que a preguiça do populacho era uma maldição inata, inescapável da raça para a de que é o sintoma de um corpo estranho, um parasita que podia ser expulso. (Ibidem, p. 57).

Se trazemos Jeca Tatu – mesmo sendo de algumas décadas anteriores ao nosso recorte, mesmo sendo uma construção depreciativamente caricata da população rural –, é como nos dá a ver como os discursos médicos abandonam, em alguma medida, a ideia de que o mal da degenerescência é uma dimensão imutável em direção à ideia de que poderia ser um mal combatido e, portanto, modificável. Assim, e como já dito, a educação emerge como o espaço em que os vetores de força que sustentam a ideia de limpeza social investem de forma contundente.

No caso de Sergipe, a ideia de que a degenerescência poderia ser transformada pelo governo das condutas dos cidadãos (e das crianças, de modo mais preciso) desdobra-se em projetos de disciplinarização dos corpos das crianças pobres. Conforme o processo de disciplinamento e de pedagogização do

---

<sup>23</sup> Monteiro Lobato (1882-1948) foi um escritor e editor brasileiro. "O Sítio do Pica-pau Amarelo" é sua obra de maior destaque na literatura infantil. Criou a "Editora Monteiro Lobato" e mais tarde a "Companhia Editora Nacional". Foi um dos primeiros autores de literatura infantil de nosso país e de toda América Latina. (FRAZÃO, Diva, 2021)

corpo infantil, dentro do vulto dos discursos higienistas, encontrou-se vasão na política assistencialista do “Liga Brasileira de Assistência” coordenada, em Sergipe, pela primeira dama do estado: Helena Maynard. Assim, a Casa da Criança de Sergipe, em articulação com a Liga Brasileira de Assistência, foi articuladora, nos anos 1940, da criação de um sistema de creches, como a Sociedade Protetora Casa Maternal Amélia Leite<sup>24</sup>, anexa ao Hospital Infantil.

De acordo com Bispo (2007), no contexto dos anos 1940 e 1950, Aracaju vivenciou a visibilidade da presença da infância pobre nas ruas, o que, como parte do projeto educacional já instaurado no país em 1930, levou ao então prefeito de Aracaju: José Garcez Vieira inaugura, em 1944, a criação do Centro Municipal de Assistência à Criança, vide foto abaixo anexada. Mais centralmente, o Centro Municipal, nomeado 1959 como Jardim de Infância José Garcez Vieira, buscava atender crianças da classe operária, já que, devido à expansão da urbanização e da industrialização, a presença de crianças nas ruas era um desdobramento de uma inelutável necessidade de as mulheres de classe baixa ingressarem no mercado de trabalho e, com isso, auxiliarem na subsistência familiar, ou até mesmo produzi-la cem por cento.

---

<sup>24</sup> A Casa Maternal Amélia Leite, é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, com sede própria e foro no município de Aracaju, Estado de Sergipe. Presta-se assistência educacional, pedagógica, fonoaudióloga, nutricional, jurídica e social. A Casa Maternal se mantém de aluguéis de imóveis pertencentes a Instituição e com doações de pessoas físicas e jurídicas.

**Figura 1.** Prédio do Centro Municipal de Assistência à Criança, criado em 1944.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Cidade de Aracaju (APA).

Segundo Dantas (2004, p. 93), à época anterior à inauguração, mais precisamente em 1942, foi veiculada, na imprensa sergipana, a notícia sobre a construção da Centro Municipal de Assistência à Criança, composta de escola, creche e parque de diversões. Portanto, e como dito, o poder público, na pessoa do Interventor Augusto Maynard e do prefeito José Garcez Vieira, visava – dentro de um processo de limpeza social, de higienizar as ruas do centro da cidade – atender, com o Casa Municipal de Assistência à Criança, a população carente do Bairro Siqueira Campos e adjacências.

No período, a imprensa local noticiava, com entusiasmo, a construção de uma instituição infantil para crianças das classes trabalhadoras nos moldes do Jardim de Infância Augusto Maynard – à época, conhecido como Casa da Criança de Sergipe. No sentido de exemplificar, vejamos a passagem de uma reportagem veiculada, em 1943, pelo *Sergipe Jornal* em ocasião do lançamento da pedra inaugural de construção do posteriormente chamado Jardim de Infância José Garcez Vieira:

As homenagens de ontem ao presidente Vargas sob as maiores expansões de jubilo cívico realizaram-se ontem as festas em homenagem ao presidente Getúlio Vargas, por motivo de seu aniversário natalício. [...] Às 8,30, o Sr. Interventor Augusto Maynard em companhia dos Srs. Comandantes Gilberto Freitas e Bernardino Dantas, respectivamente do 28 BC, e da força policial, passou em revista o destacamento das três armas, exército, marinha, e

polícia[...]. Momentos depois realizava-se a solenidade do batimento da pedra fundamental do novo edifício denominado “Casa da Criança Operária”, que será construído pela prefeitura da capital, tendo produzido um belo discurso, na ocasião, o prefeito José Garcez Vieira. A cerimônia do batimento foi realizada pelos Srs. Interventor Federal General Dermeval Peixoto (SERGIPE JORNAL, 1943, p.1).

Neste excerto, e em um esforço de análise, é interessante pensar como estamos argumentando, a partir de Foucault, duas ideias: a primeira, como a pedra fundamental foi inaugurada na comemoração do presidente Vargas, marcando, com clareza, sob qual égide de projeto político o Jardim de Infância seria fundado. Ou seja, a pedra de fundação simboliza, em termos discursivos, de um efeito concreto da ordem do discurso nacionalista do Era Vargas: um projeto biopolítico que visava gestas o tecido social dentro dos marcos dos saberes-poderes defendidos pelos reformadores.

A segunda ideia, que é inseparável da primeira, é a forma como o jornal chamou o Jardim de Casa da Criança Operária, em uma analogia às propostas educativas existentes na Casa da Criança de Sergipe destinada à elite – um termo que se popularizou entre os aracajuanos. Em alguma medida, o popular nome de dado é sintomática da urgência de disciplinamento de uma infância pobre. É, portanto, o investimento da educacional de uma infância pobre que se faz uma espécie de dobra que dá corpo ao biopoder, um poder que operava

“uma combinação tão astuciosa de duas técnicas, de individualização [disciplinamento dos corpos infantis na instituição escolar] e dos procedimentos de totalização [a gestão do corpo da população pela e através da educação da infância]” (FOUCAULT, 2010, p. 279).

Essa íntima relação com o biopoder implementado pelo Estado Novo se reflete, assim como com sua pedra fundamental, à escolha da data de inauguração do Centro Municipal de Assistência à Criança ou Casa da Criança Pobre: o dia 10 de novembro de 1944, data da comemoração dos 7 anos do sistema político vigente e fazia alusão, novamente, ao aniversário do Presidente Getúlio Vargas. Assim, e no sentido de atender o maior número de crianças da classe trabalhadora

possível, a localização do Casa da Criança Operária foi construída em um dos pontos centrais da cidade: a Praça Dom José Thomaz.

Segundo Neto (2017), o engenheiro Fernando de Figueiredo Porto chamava os bairros periféricos de os “arrabaldes do Aracaju”; o que significa que todas as regiões pobres da cidade eram periféricas do Centro do Quadrado de Pirro<sup>25</sup> e, conseqüentemente, afastavam dos olhos da elite aracajuana a pobreza e a miséria. Nada mais fundamental do que ali, nos arrabaldes de Aracaju, construir uma instituição de sequestro, o que, nos termos de Alfredo Veiga-Neto (2014, p. 76)<sup>26</sup>, diz, no sentido foucaultiano, da forma como a escola, o quartel, a manicômio, a fábrica, a prisão são, modernamente, “instituições capazes de capturar nossos corpos por tempos variáveis e submete-los a variadas tecnologias do poder”. Ora, a Casa da Criança Operária é perolar para essa ideia de instituição de sequestro, já que, como tento pontuar, busca o disciplinamento dos corpos infantis e, mais particularmente, de corpos de uma infância marcada pela pobreza.

Na construção dessa instituição educacional para atendimento da criança carente, também houve a preocupação com a arquitetura, uma vez que “a posição solar do prédio deve ser a nascente, porque permite a entrada de luz e de ar.” (VIEIRA, 2001, p. 60). A arquitetura desse Jardim Municipal atendia a essa exigência, pois foi construído com grandes janelas, altos arcos ornamentais e amplos alpendres. Com relação à estrutura física, segundo o mesmo autor, o prédio deveria compreender:

vestíbulo, secretária, vestiário, salas de trabalho, pátio coberto para os exercícios físicos, refeitório e uma parte do terreno deve ser dividida em canteiros para os exercícios ‘jardinicultura’ para que os alunos mais velhos a exercitassem, sob a direção das professoras. (Ibidem, p.60).

---

<sup>25</sup> “O Quadrado de Pirro” como são conhecidas as ruas tracejadas como um tabuleiro de xadrez, foi um projeto de urbanização moderno e ousado para a época, em Aracaju, de acordo com os modelos mais modernos das cidades da Europa no século XIX, pelo Presidente da Província Inácio Joaquim Barbosa em 1854. Ver mais em: A ocupação periférica do quadrado de Pirro: Aribé (1901-1931). (FREITAS, 1999).

<sup>26</sup> VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault e a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Mais do que isso, a forma arquitetônica – maior incidência de luz, grandes janelas, e afins – é parte fundamental para uma forma de poder que não visa reprimir, mas que é um poder produtor: é o panoptismo foucaultiano; quanto maior a vigilância, maior a produção de corpos que educados dentro das premissas das pedagogias disciplinadoras, normalizadoras (VEIGA-NETO, Alfredo, 2014).

Importa, ainda, dizer como o todo o projeto de gestão da infância esteve vinculado a um amplo programa políticas materno-infantil implicadas ao assistencialismo; uma conjugação importante ao estado de bem-estar social caro à centralidade de poder construído por Vargas. Afinal, e como colocou Ismael Alves (2004, p. 132),<sup>27</sup> “as políticas assistenciais para a maternidade e a infância implantadas no período do Estado Novo se pautavam na reordenação da família como sustentáculo da sociedade”. Com efeito, existe um caráter generificado do assistencialismo: políticas para mulheres (e, conseqüentemente, a seus filhos) e, no caso das primeiras damas, algumas executadas por mulheres.

Portanto, e nesse contexto, a Casa da Criança Operária ficou sob a direção de Helena Maynard, que coordenou, em Sergipe, a Legião Brasileira de Assistência (LBA); responsável, também, pela criação da Casa da Criança de Sergipe (o, posteriormente, chamado Jardim Infantil Augusto Maynard, destinado à elite).

Em sua conexão com os projetos coordenados pela líder do Legião Brasileira de Assistência em Sergipe, houve, entre os anos 1930 e 1945, um amplo processo de formação de normalistas para atender, sob a ótica de um e mesmo projeto educacional, a Casa da Criança de Sergipe e a Casa da Criança Operária. Aqui, portanto, encontramos um outro elemento de generificação das políticas materno-infantis: a feminização da docência. Segundo Guacira Louro (2017), a educação primária passou a ser percebida como feminina; por exigir, no trato das crianças, docentes com características tidas como naturalmente maternas: paciência, minuciosidade, afetividade, doação. Mais centralmente, e nesse complexo arranjo do poder político, as professoras eram formadas para serem

---

<sup>27</sup> ALVES. Ismael Gonçalves. (Re) construindo a maternidade: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na Região Carbonífera Catarinense (1920- 1960). (Tese de Doutorado). Curitiba/PR, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, 2004.

representantes do Estado no processo de disciplinamento e educação das crianças como futuros cidadãos trabalhadores.

Assim, e com efeito, o encontro dos vetores de força dos ideais nacionalistas, escolanovistas, assistencialistas e higienistas edificaram, entre os anos 1930 e 1950, um projeto educacional de educação de uma nova forma de infância. Isto é, uma infância que passa a atender os anseios dos reformistas a uma nova ordem social: disciplinar o corpo dos indivíduos infantis e, com isso, gerar o corpo mais amplo da população. Contudo, e na sequência, como a cultura escolar – os elementos que dão vida ao mais singelo da escola – são participes nessa rede de saberes e poderes que dão forma a (e, ao mesmo tempo, tomam forma por) uma nova ontologia do corpo infantil?!

Munida dessas considerações, a presente seção buscou traçar, mesmo que de forma contingente, um panorama sobre a cultura escolar nas instituições educativas sergipanas em meados do século XX, abrangendo as ideias e manifestos de pensamento do filósofo Foucault, com recortes de Di Pietro, de acordo com sua visão de governabilidade, cultura escolar e formas de governo.

Longe de ser um debate exaustivo, a ideia é mostrar, justamente, a constituição do que chamamos, a partir dos estudos foucaultianos, de uma ontologia da infância: os modos como nos constituímos como sujeitos de uma verdade sobre o que é e o que pode ser uma criança.

## TRILHAS PARA A CIVILIZAÇÃO – A DIFUSÃO DO PROJETO REPUBLICANO DE ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM SERGIPE

---

### SEÇÃO II

Buscando contribuir com a História da Educação em Sergipe, no sentido de perceber como o processo de apropriação e representação dos discursos higienistas, escolanovistas e progressistas se sobrepõem, ao serem inseridos no campo educacional, aspiramos analisar as personagens que assumiram a Direção da Instrução Pública sergipana, nas primeiras décadas do século XX, e que foram responsáveis pela divulgação de propostas pedagógicas com vistas à educação infantil. Serão enfatizadas propostas pedagógicas na difusão e ideias para a defesa da renovação do ensino pré-primário, para a inserção desse aprendiz nessa modalidade de ensino nos grupos escolares, preparando-o para a nova República.

Segundo Marcus Vinicius Cunha, o movimento escolanovista brasileiro ao ser considerado univocamente “como difusor da introdução de procedimentos científicos no campo pedagógico”, esquece que tal caracterização do movimento relaciona-se apenas a uma das tendências do ideário renovador e que haveria outra com orientação distinta daquela, apropriada de John Dewey, filósofo e educador norte-americano e um dos principais representantes do pragmatismo (CUNHA, 1999, p.39)<sup>28</sup>.

Buscando a superação de uma educação enciclopédica voltada para as elites e de cunho vocacional para a população, os pragmatistas entendiam que tudo o que conhecemos é produto da atividade uma vez que esta é que nos leva a encontrar novos problemas e, assim, o mundo conhecido muda progressivamente. (MOREIRA, 2002)<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> CUNHA, Maria Antonieta Antunes. *Literatura Infantil: Teoria e prática*. 18 ed. São Paulo: Ática, 1999

<sup>29</sup> MOREIRA, Daniel Augusto. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

Os ideais “escolanovistas” trouxeram um novo prisma para as mudanças na educação, trazendo uma nova perspectiva que impulsionava as relações escolares. As escolas maternas, as creches e os jardins-de-infância provocam novos olhares para a educação infantil. A quantidade dessas instituições aumentava e a criança era vista como interesse especulativo e de assistência social.

Segundo essa tese, o desenvolvimentismo dos anos de 1950 e 1960, ainda que não pudesse ser confundido com um conjunto homogêneo de ideias, “constituiu-se em um solo fértil para a retomada e a expansão do ideário da Escola Nova. (MENDONÇA et al., 2006, p. 98).

A consolidação dos jardins de infância, no Brasil, passou por motivações significativas na História da Educação brasileira. As transformações ocorridas na educação e na sociedade neste período traziam, sobretudo, novas ideias de formação e de uma nova organização social, reproduzindo valores emergentes com os ideais da República.

Vale ressaltar que, a criação do Jardim de Infância do Município de Aracaju, José Garcez Vieira, foi criado graças aos escolanovistas e suas contribuições para a educação.

Para a compreensão do emaranhado de ideários que esculpem nosso campo educacional, é necessário situarmos o olhar lançado sobre a criança pequena. Uma figura importante, para a apreensão da conjuntura no qual se debruçou sobre as questões que pertinentes às crianças, segundo Wadsworth (2009), foi o Dr. Arthur Moncorvo Filho<sup>30</sup> (1871-1944). Moncorvo esperava que fosse incorporado pelo poder público a criação de um sistema nacional centralizado, mas acabou assumindo um movimento de assistência à infância como uma luta pessoal. A preocupação desse médico - a causa “proteção à infância pobre” -, o levou a propor modelos institucionais que expressaram de

---

<sup>30</sup> Moncorvo Filho é reconhecido pela sociedade brasileira e pelo conjunto dos pediatras como o precursor das políticas de proteção à infância em nosso país. Por estas razões, a Sociedade Brasileira de Pediatria lhe conferiu a Cadeira 2 de sua Academia Brasileira de Pediatria.

forma explícita a percepção de médicos e eugenistas de sua época. Para isto, buscou formular métodos de “proteção” às crianças que passavam, necessariamente, pelo higienismo físico e moral.

O Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI)<sup>31</sup>, fundado por Moncorvo Filho, no Rio de Janeiro, era o centro administrativo de todas as outras instituições criadas por ele. Essas se voltavam para campanhas de educação e assistência materno-infantil. Suas intenções eram bastante ambiciosas: inspecionar e regular as amas de leite, estudar as condições de vida das crianças pobres, providenciar proteção contra o abuso e a negligência para com menores, inspecionar as escolas, fiscalizar o trabalho feminino e de menores nas indústrias, organizar campanhas de vacinação, divulgação de conhecimentos sobre as doenças infantis, fundar hospitais pra crianças pobres e carentes, etc. Sendo assim,

O Departamento da Criança no Brasil (DCB) fundado em 1919 pelo diretor do IPAI-RJ, Dr. Arthur Moncorvo Filho, responsável pela organização do Congresso de 1922, assume os mesmos objetivos que pretendia a associação criada pelo Conde d'Eu, no Império, de registrar e estabelecer um serviço de informações sobre as instituições privadas ou oficiais dedicadas à proteção direta ou indireta da infância. Classificavam-se em: puericultura intra-uterina (maternidades e serviços de assistência domiciliares ao parto), puericultura extra-uterina (gotas de leite, consulta de lactantes, creches, serviços de exames e atestação de amas de leite), recolhimentos, estabelecimentos de ensino etc. (asilos, orfanatos, casas de expostos, colônias, escolas correccionais, escolas profissionais, colégios, jardins-de-infância), infância doente (filiais do IPAI, dispensários e policlínicas, clínicas de doenças de crianças, hospitais infantis, sanatórios), profilaxia (institutos vacínicos, institutos Pasteur) e proteção à infância em geral (ligas de proteção à infância, sociedades de proteção direta ou indireta da infância) (KULHMANN, Jr. 2003, p.480-481).

---

<sup>31</sup> Instituto de Proteção e Assistência à Infância, fundado por ele em 1899 no Rio de Janeiro, associando-os ao processo de construção da rede institucional de assistência à saúde infantil no Brasil, na primeira metade do século XX. A partir do pressuposto de que tal processo se deu pela combinação de ações filantrópicas, práticas científicas e investimentos públicos, aponta-se o papel modelar desempenhado por esse médico filantropo, ao articular atividades assistenciais e aplicação de técnicas médicas inovadoras, e ao propor/reivindicar políticas públicas destinadas à maternidade e à infância. (LEONY, Vinícius da Silva; FREIRE, Maria Marta de Luna, 2011)

Os cuidados com o aleitamento materno, a preocupação com a mãe e o futuro da criança eugênica multiplicaram-se no período das comemorações da infância, por meio das festas cívicas e concursos de robustez - período em que eram reforçadas as políticas sociais para a infância com a divulgação de práticas higienistas como campanhas de vacinação, combate a doenças, a elaboração de regulamentos sanitários e serviços de inspeção sanitária.

Esse modelo de visão se multiplicava na primeira metade do século XX, em todo o País. Em Belo Horizonte, por exemplo, foram promovidos concursos de robustez e beleza infantil a partir de 1935, que faziam parte da comemoração da criança sadia e buscava a disseminação do ideal de aprimoramento da raça. Tais eventos aconteciam em diferentes pontos do Brasil desde o início do século.

“O concurso envolvia os mais diferentes segmentos sociais e tomava uma dimensão espetacular, dirigido a população como um todo, festejando, mais que a criança, a raça” (VEIGA; GOUVÊA, 2000, p.15).<sup>32</sup>

O Concurso de Robustez<sup>33</sup> era o ponto alto das comemorações do Dia das Crianças. Voltado particularmente às famílias pobres, esse conferia uma premiação em dinheiro ao bebê mais saudável que fosse menor de um ano e, presumivelmente, amamentado exclusivamente ao seio, no mínimo até os seis meses. Os critérios de avaliação dos concorrentes refletiam um ideal médico e

---

<sup>32</sup> VEIGA, Cynthia Greive; GOUVEA, Maria Cristina Soares. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo. v.26, nº 1, jan-jun/2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.15179700100010>>. Acessado em: 28 set. 2006.

<sup>33</sup> O concurso tinha como bases gerais a admissão de crianças de um a três anos de idade que estivessem matriculadas nos Centros de Saúde, na seção de proteção à infância, há mais de três meses e com frequência assídua ao serviço. A matrícula seria realizada sob a forma de uma lista de concorrentes apresentada pelos médicos assistentes, após preenchimento dos seguintes itens: nome, idade, cor, nacionalidade, nome do pai e da mãe, nacionalidade, residência e profissão, além do número inscrito no serviço de saúde. Após outros quesitos para regulamentação do concurso, as crianças matriculadas seriam avaliadas nos vários centros de saúde da capital, por meio de escrutínio secreto. Todos os inscritos seriam contemplados com um certificado de robustez infantil e o primeiro prêmio constaria de R\$ 400\$000; o segundo R\$ 200\$000 e o terceiro e quarto prêmios seriam de R\$ 100\$000. Além desses, haveria mais dois prêmios de assiduidade aos serviços, uma dúzia de fotografias de cada criança premiada e uma medalha de ouro para o primeiro lugar, ofertada pelo jornal A Gazeta. (ALMEIDA, Jane Soares de, 2013).

racial de saúde, vigor e beleza, claramente ligados ao discurso eugênico em defesa do branqueamento da população.

Compreender a lógica da realização de tais concursos só é possível no interior de uma rede de práticas discursivas que lhe conferiam significação. [...] trata-se de buscar apreender a comemoração da criança robusta como prática social, cujo significado e relevância deve ser buscado em uma rede maior de relações de poder. Este evento dá-se no bojo da divulgação do ideário eugenista, fortemente presente no pensamento cientificista característico do período. A promoção da infância sadia constituía estratégia privilegiada de divulgação da eugenia, pois, ao festejar a infância bela e robusta criavam-se condições de disseminação e irradiação do ideal de aprimoramento racial. (VEIGA, 2000, p. 15).

Os concursos representavam um ideal da medicina, “raça pura”, para a saúde: os prêmios eram dados a bebês mais brancos, gordinhos e saudáveis. A união entre saúde e educação, enquanto veículo para garantir a frequência saudável da criança na escola, fazia-se constante nas propostas de assistência, proteção e educação infantil, favorecendo o cuidado contínuo e integral da criança.

A campanha “saúde, moral e trabalho”, compunha o trinômio sobre o qual se deveria assentar a “educação do povo”. Montava-se uma espécie de jogo de espelhos: “hábitos saudáveis moralizam; uma vida virtuosa é saudável; moralidade e saúde são condição e decorrência de hábitos de trabalho; uma vidalaboriosa é uma vida essencialmente moral e saudável etc.” (CARVALHO, 1997, p.306). Segundo Rocha (2003)<sup>34</sup>, São Paulo era o principal centro difusor desse ideário, uma vez que:

[...] as escolas adotavam práticas de disciplina da infância, voltadas ao controle dos hábitos salutaros e ao combate e prevenção de epidemias, doenças de caráter degenerativo. A educação nas escolas primárias e pré-escolas concentrou esforços na formação da consciência sanitária do indivíduo na prevenção de doenças (ROCHA, 2003, p. 59).

---

<sup>34</sup> ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. Cadernos CEDES. [on-line] vol.23, n. 59, p. 39-56, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>.> Acesso em: 04 de junho de 2019.

O campo educacional sergipano não esteve alheio a todo esse processo. O ideário de celebração à “saúde” e ao “bom comportamento” civil estava impregnado por toda parte, e, a escola se colocava como lócus de difusão de tal perspectiva. Para compreendermos tal assertiva, foquemos a partir desse momento no nosso objeto de estudo.

Conforme conta no Decreto nº 75, de 21 de março de 1945, do Centro Municipal de Assistência à Criança ou Casa da Criança Operária, esta instituição teve um grande significado para a população do Bairro Siqueira Campos. Revelando-se uma instituição modelar, não somente pelas suas instalações com mobília adaptável ou uma arquitetura escolar bem planejada para a criança aracajuana, mas por ser considerado pelos profissionais da escola ou pelos dirigentes políticos, “o cartão de visitas” do município de Aracaju – “onde os prefeitos de várias gerações, levavam ilustres visitantes de todos os estados do Brasil”.

Ainda conforme prescrição do Decreto mencionado, a faixa etária atendida na instituição era de 4 a 6 anos e a procura por matrícula sempre foi muito grande. Trabalhos com manipulação e linguagens eram muito frequentes. Uma das práticas pedagógicas mais comum era contar e depois dramatizar histórias. As peças teatrais contavam com muita criatividade dos professores e alunos, e em tudo improvisavam, por exemplo, os cenários com materiais de sucata como: caixas de sapato, caixotes de geladeira e fogão, etc. As meninas eram ensinadas através dos estímulos das professoras a ajudar as mães nas tarefas domésticas e por isso havia a casa de bonecas com quase todo o mobiliário em miniatura.

O Jardim de Infância do Centro Municipal de Assistência à Criança estava sempre bem cuidado e organizado. Havia canteiros de flores espalhados por toda a área livre do prédio e as crianças eram constantemente estimuladas a cuidar delas. Havia até a criação de pequenos animais no fundo do quintal e um aquário.

O Jardim tinha como objetivo incentivar as crianças no contato com a natureza, estimulando nelas o carinho e a ternura. Rotineiramente alimentavam os animais colocando comida no aquário e visitando os bichos em suas casas. Essas descrições do ambiente do Jardim de Infância Garcez Vieira” podem ser visualizadas na imagem mais abaixo.

Nos momentos de passeio e de banho de sol, as crianças, juntamente com a professora e a auxiliar, saíam pela parte externa do prédio para dar voltas e observar as plantas, flores e insetos. Posteriormente, aproveitavam para tecer comentários acerca desses momentos. Em ordem, cada um em seu tempo, descrevia sobre o que viu estimulado pelas perguntas da professora.

O número restrito de crianças permite que a educadora as conheça bem e possa acompanhar o desenvolvimento e as manifestações de cada uma. O material educativo, abundante, ensina às crianças a observar e a manipular; dessa maneira, o poder de atenção, a acuidade de visão, a habilidade motora, a ordem, o gosto são qualidades que podem desenvolver-se. O tempo que pode ser mais ou menos longo é repartido entre conversas em que cada um toma parte, histórias ouvidas com avidez, música, exercícios físicos, trabalhos manuais. (ÉVRARD-FIQUEMONT, 1963, p.24)

**Figura 2:** Professora no tradicional passeio ao ar livre do lado externo do Jardim de Infância com seus alunos, na década de 1960



Fonte: Acervo Iconográfico de Isa Maynard, doado à pesquisadora.

Com relação à imagem acima, ela nos revela a importância que era dada às aulas e aos passeios. As crianças faziam passeios e excursões, complementando as atividades de contato com a natureza. Nesses passeios, as professoras auxiliavam os alunos na observação e compreensão da natureza, salientando a sua importância para a vida dos homens.

Outra atividade desenvolvida pelas docentes, consistia na prática de plantar e colher os legumes e verduras cultivados pelas crianças. Os alunos praticavam a horticultura, sempre com o acompanhamento do jardineiro, e depois preparavam-se sopas para serem servidas no horário do lanche - até para os funcionários do Jardim. As professoras aproveitavam esse momento para falar sobre a função de cada hortaliça e a importância de comê-las. A horta ficava atrás do palco e era muito bem cuidada pelo jardineiro da instituição (GRAÇA, 1997, p.10).<sup>35</sup>

O cotidiano do Jardim de Infância era muito organizado, dentro de todos os padrões tradicionais de um jardim de infância modelo. Havia um cronograma semanal de atividades e em cada semana e horário, as professoras sabiam o que seria feito. A hora da história, do drama, da colagem, do recorte, da pintura, do passeio, etc. As professoras se reuniam com a diretora antecipadamente e com frequência para que tudo pudesse ser organizado, planejado, com muito cuidado (GRAÇA, 1997, p. 11).

---

<sup>35</sup> GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira; SOUZA, Josefa Eliana; SANTOS, Betisabel Vilar de Jesus. A cartilha do barnabé: a educação pública municipal no governo Conrado de Araújo (1959-1963). PMA-SEMED, (Coleção História da Educação Municipal de Aracaju) 1997.

**Figura 3:** Crianças do lado externo próximo à horta do Jardim de Infância. Década de 1950.



**Fonte:** Acervo Iconográfico de Isa Maynard, doado à pesquisadora.

O Jardim de Infância apresentava rotinas pedagógicas que demonstravam a preocupação com a saúde física e mental dos alunos. Havia a organização das atividades cotidianas, distribuídas e dirigidas pelas professoras em momentos de atividades em sala de aula, recreação, merenda, repouso e higiene física – lavar as mãos, escovar os dentes. Dentro desta rotina, cabia o espaço para as atividades de passeios, lazer, exercícios físicos e atendimento aos cuidados com a saúde com o consultório odontológico, médico e com o posto de puericultura (MONARCHA, 2001 p. 74)<sup>36</sup>.

Antes das refeições, as crianças formavam fila para lavar as mãos no lavatório e enxugá-las com sua própria toalinha. No retorno à sala de aulas, elas sentavam comportadamente na mesa, esticavam seus guardanapos bem limpos e devidamente higienizados. Ao acompanhamento da professora, cantavam a canção da merenda e logo após poderiam se alimentar. Depois do lanche, retornavam ao lavatório para escovar os dentes, acompanhados pelas professoras

---

<sup>36</sup> MONARCHA, Carlos (org). Educação da infância brasileira. (1875-1983). Campinas – São Paulo: Ed. Autores associados (Coleção educação contemporânea), 2001.

titular e auxiliar. No momento do descanso, uma espécie de “sesta”, era hábito, todos esticavam as esteiras no chão e repousavam (GRAÇA, 1997, p. 14)

O Jardim Municipal tinha como finalidade a preparação da criança para o ensino primário, formar o “cidadão civilizado” para atuar no futuro da sociedade. A instituição visava tanto a transformação da criança quanto da sociedade. Ao repassar padrões civilizatórios para as crianças o Jardim de Infância estava induzindo tanto o indivíduo quanto a sociedade. O sociólogo alemão Norbert Elias afirma:

A ‘civilização’ que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-las, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos. Todas as características distintivas que lhe atribuímos – a existência de maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou o que quer que seja – atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social e peculiar, e de correspondentes formas de comportamento (1994, p.73).

No Jardim de Infância Municipal era importante prestar atenção nos hábitos e maneiras civilizadas de se comportar. Os maus costumes eram corrigidos pela professora com insistência. Diariamente as professoras observavam, com cuidado, a maneira de comer, quem comia de boca aberta, de segurar o talher, de mastigar, de como levar o alimento à boca e de sentar-se à mesa (GRAÇA, 1997, p.13).

Estabelecer o que deveria ser ou não consumido no momento do lanche trazia as marcas do discurso médico. Buscavam intervir de todas as formas sobre os corpos de maneira a construir um corpo mais saudável, afastando as crianças do vício de comer bobagens: doces, balas, chicletes, etc. A solidariedade e o partilhar estavam presente no momento em que algum “coleguinha”, não trazia o lanche, sob o pedido da professora, dividiam entre si.

Produzir a ‘boa saúde’ e corrigir as imperfeições do regime alimentar constituem grandes metas perseguidas pelos médicos. Para tanto, a produção de um colégio higienicamente organizado aparece como um imperativo na ordem médica, pois o mesmo, entendido como lugar de formação, é, também, lugar de intervenção no mundo que lê é exterior. Nesses termos, esse projeto de intervenção na ordem escolar representa parte de um amplo projeto de reordenamento social, o qual, com múltiplas ramificações, desdobra-se e inscreve-se de forma meticulosa no

regime alimentar dos colégios. Dentre outros, a adesão e defesa desse procedimento funciona como uma estratégia para fixar, circular e legitimar o código criado e partilhado pela higiene (GONDRA, 2004, p. 200)<sup>37</sup>.

Ao corrigir e mostrar um padrão civilizatório para as crianças, esse lugar estava transmitindo hábitos, ou seja, formas de alimentar-se, vestir-se, comportar-se em grupo e outras noções que iriam contribuir, inclusive, para o controle dos impulsos - pulsões instintivas do homem.

As artes também eram muito importantes nesse percurso. A professora de piano acompanhava, com dedicação, as atividades de canto e de educação física. As crianças se reuniam em círculo, formando uma “rodinha”, dramatizavam e declamavam poemas, poesias, fábulas, quase sempre acompanhadas por músicas ao piano, estimulando a formação de bandinhas rítmicas de músicas, com a ajuda piano. Essa prática era muito comum e presente no Jardim de Infância. “Até o final dos anos 1950 não se utilizavam instrumentos musicais improvisados, feitos com material de sucata, como nos dias atuais” (GRAÇA, 1997, p. 11).

---

<sup>37</sup> Gondra, José Gonçalves. Artes de civilizar : medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial / José Gonçalves Gondra. – Rio de Janeiro : EdUERJ, 2004. 562p.

**Figura 4:** Apresentação com dramatização musical acompanhada pelo piano no Jardim de Infância, no ano de 1950.



Fonte: Acervo Iconográfico de Isa Maynard, doado à pesquisadora.

No início do ano de 1960, o Jardim não contava mais com a pianista que acompanhava as crianças na entrada da sala e nas peças infantis. As músicas continuaram a fazer parte do dia-a-dia das crianças, mesmo sem o piano, continuava os rituais, como a “canção da entrada” que dava todo um encanto a esse momento (GRAÇA, 1997, p.10)

Todas as crianças, diariamente, ao entrarem no prédio, se dirigiam ao pátio coberto. Lá cada uma entrava na fila da sua sala e sob comando da professora cantavam a canção do “Bom dia”. Cantando, dirigiam-se em fila para as salas, turma por turma. O canto era acompanhado pelo piano. “A educação musical era levada muita a sério. No ensino primário e secundário havia disciplina “Canto Orfeônico” que persistiu até a década de 70 em várias das “boas” escolas públicas e particulares do Brasil” (GRAÇA, 1997, p.10).

**Figura 5:** Crianças do Jardim com instrumentos musicais de uma banda ao lado das professoras – década de 1950.



Fonte: Acervo pessoal de Isa Maynard, doado a pesquisadora.

A organização e limpeza da sala era obrigação dos alunos e professoras, o que se tornava uma prática constante. O hábito de limpar os pés no tapete que se encontrava na porta da sala era higiene de todos e a professora acompanhava atentamente ao cumprimento dessa regra. O hábito de cumprimentar as visitas cantando a canção do visitante em pé dando, “bom dia” ou “boa tarde”, era praticado diariamente.

Essas atividades eram fundamentais para a aprendizagem, pois enriqueciam as experiências além de proporcionar a exploração do espaço e interação entre as mesmas.

[...] Materializando-se em lugar da saúde, a escola, aberta à luz do sol e ao ar, limpa, espaçosa, ordenada e clara, exerceria por si só uma poderosa sugestão higiênica sobre as crianças. Contrastando com a sujeira dos seus sapatos e das suas mãos, o assoalho limpíssimo e os móveis polidos e lustrosos ensinariam às crianças a necessidade de limpar a sola dos sapatos e lavar as mãos.

Agindo sobre a tendência à imitação, a escola, impecavelmente limpa e iluminada, transbordaria a sua ação educativa para o ambiente doméstico (ROCHA, 2003, p.47-48).

O cuidado com o fardamento era sempre lembrado às mães nas reuniões de pais e mestres. As mães que não cuidavam do uniforme eram censuradas. Era fundamental o zelo e a limpeza do fardamento, que permaneceu por muito tempo, como o avental, a saia de pregas (para meninas) ou calção (para meninos) azul marinho, o sapato colegial branco (depois substituído pelo pé de anjo), a meia branca e a blusa (ou camisa) em poliéster branco com acabamento nas mangas e na gola de tecido quadriculado azul e branco; separado do poliéster por um viés azul marinho. Nas meninas era incentivado também o penteado e o uso de laços para que ficasse sempre arrumado. O corte do cabelo dos meninos deveria estar sempre curto, era obrigatório, para que evitasse o contágio de piolhos muito comum entre crianças (GRAÇA, 1997, p, 12).

A sugestão operada pela escola e pelo exemplo do professor, viria aliar-se, nessa obra de modelagem, um conjunto de práticas que o aluno deveria vivenciar cotidianamente: a revista de asseio do corpo e das roupas; a revista da escola pelos alunos, num exercício que, aproximando-os das práticas desenvolvidas pelos inspetores sanitários, desenvolveria a capacidade de vigilância sobre o ambiente doméstico; a observação e correção por parte do professor das condutas contrárias às prescrições higiênicas; as mensurações de peso, estatura e força física; a indagação *discreta e hábil* sobre a vida doméstica do aluno, que orientaria o professor no trabalho de correção, ampliando a sua órbita de influência para o interior dos lares. Práticas essas cujo poder educativo não se reduzia ao âmbito da escola, na medida em que procuravam atingir as crianças e suas famílias, ensinando-lhes um modo de vida *civilizado* e purificando-lhes das *condenáveis práticas* que, nas representações dos médicos-higienistas, caracterizavam o seu cotidiano. (ROCHA, 2003, p.48)

No Jardim-de-Infância, a educação moral se fazia pelo cultivo da “civildade” e “polidez”. Era necessário que as crianças aprendessem que não poderiam fazer tudo, que cada atividade iria ser realizada em um determinado momento, que soubessem diferenciar o certo e o errado. As crianças pequenas eram vistas como se a sua capacidade de compreensão fosse mínima, sugeria-se, então, que elas

aprendessem os valores morais, éticos e civilizados, tais como a obediência e o respeito, pela prática, seguindo os exemplos dados pela professora (FERNANDES; KUHLMANN JÚNIOR, 2004, p.161)<sup>38</sup>

Parafrazeando Rocha (2003), este ressaltou que a higienização foi um dos ideais que conduziu o processo de organização das práticas educativas. Constituiu, assim, a base para o estabelecimento de normas e requisitos que integravam o processo educativo da instituição, voltado para a preparação do indivíduo de hábitos higiênicos e sanitários.

Para a compreensão dessa relação histórica de forças que compõem esse campo educacional, no próximo tópico serão abordadas as festividades que, também, contemplavam um modelo de controle para a formação de um “sujeito ideal”.

As festas comemorativas do extenso calendário escolar estavam as apresentações musicais das crianças. Em datas festivas, eram comuns as apresentações musicais e teatrais dos alunos, assistidas por seus familiares e convidados. Através da análise dos documentos, evidenciam-se elementos da cultura escolar próprios de uma instituição de educação pré-escolar, com uma tendência froebeliana e montessoriana. Não podemos esquecer aqui as outras dimensões já discutidas (GRAÇA, 1997, p.17).

Na festa de aniversário de 15 anos do Jardim de Infância Municipal, estiveram presentes convidados ilustres, autoridades civis e religiosas que se somaram as crianças, pais e funcionários para mais uma celebração de grande destaque na cidade, por ocasião o Jornal “A Cruzada”<sup>39</sup>, noticiou o evento. “Houve convites impressos, cartões de lembrança e todos os preparativos de dignos de uma grande festa.”

---

<sup>38</sup> FERNANDES, Rogério. KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes. (org.). A infância e sua educação – materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

<sup>39</sup> O Jornal “A Cruzada” noticiou a festa de aniversário de 15 anos do Jardim de Infância José Garcez Vieira, em 23 de abril de 1960. Esse jornal sergipano foi criado em 1918. pela Igreja Católica, e manteve-se em funcionamento até o final da década de 1960. Porém teve algumas interrupções nas publicações. Período de publicações: 1918-1926; 1935- 1963; 1965-1969. Fonte: Acervo do IHGS (Instituto Histórico e Geográfico de Santos).

Podemos perceber que existia um intenso calendário festivo durante o ano. As festas não eram feitas sem um objetivo específico e a data festiva servia para ser ensinada algumas lições ou valores: o amor à família, o cuidado com a natureza (as árvores e os animais), o respeito e o amor à pátria, (festas cívicas e desfiles), valorização da cultura brasileira, através do folclore, respeito aos mais velhos, (dia dos pais, das mães, do professor. (GRAÇA,1997, p.17)

As práticas escolares que foram implantadas no Jardim de Infância contribuíram para criar a imagem de uma instituição pública pré-escolar de excelente qualidade, ao mesmo tempo que contavam com a participação da comunidade do bairro durante suas apresentações, a fim de que a população tivesse o conhecimento do que estava acontecendo no Jardim.

Sua implantação implicou no surgimento e aprimoramento das instituições escolares. Essa inauguração significou um acontecimento público expressivo, voltada à preparação da futura nacionalidade através da educação infantil. No Jardim, encontrava-se aliado ao princípio de socialização, a formação moral e cívica, que por sua vez, estavam pautadas numa proposta nacional de promover a moral, os bons costumes e o civismo no ensino sergipano.

Sem dúvida, as atividades desenvolvidas no Jardim propagavam a preocupação presente no contexto educacional da época. A execução do Hino Nacional pelos alunos, as homenagens às autoridades e à Bandeira do país, os desfiles cívicos e outras manifestações patrióticas e de disciplina moral, indicavam o anseio em expandir um projeto de organização e unificação brasileiro (GRAÇA, 2007, p. 17)<sup>40</sup>.

Nas comemorações do Jardim, faziam-se presentes manifestações de amor à pátria, algo presente desde o dia de sua criação. As festividades comemorativas do dia da Independência do Brasil, Dia da Árvore, início da Primavera, eram realizadas com alegria e entusiasmo pelos alunos e professoras do Jardim. (GRAÇA, 2007, p.17)

---

<sup>40</sup> Cf. GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da, et. al. Intelectuais e barnabés: a educação no governo Conrado de Araújo (1959 - 1963). Revista Educar-SE, 1996, p. 42

A imagem que se segue, apresenta uma comemoração do aniversário do Jardim, com a presença dos pais e da comunidade local. Na ocasião, as crianças trajavam o uniforme de gala, o que se usava em ocasiões especiais.

**Figura 6:** Crianças participando de uma apresentação em Homenagem ao Aniversário do Jardim de Infância (1959).



Fonte: Acervo Iconográfico do Jardim de Infância Municipal.

Todas as festas eram comemoradas com muito entusiasmo e alegria. A festa junina era uma das mais esperadas. Na programação da festa tinha de tudo: quadrilha, casamento caipira, quebra-pote, músicas e muitas guloseimas típicas da época. (GRAÇA, 1997, p. 14)

As professoras, cultivavam um ritual de “ordem” junto às crianças, pois a qualquer momento poderia surgir uma visita política importante, acompanhado do prefeito. O Centro Municipal de Assistência à Criança era usado pelos políticos como um espaço de exibição e interesses políticos. “Em 1960, por ocasião das eleições presidenciais, a filha do Marechal Teixeira Lott esteve visitando o Jardim,

acompanhada pelo prefeito José Conrado de Araújo e comitiva. Foi “condignamente” homenageada pelas crianças e professoras” (GRAÇA, 1997, p.14).

As festas, como elementos da cultura escolar, permitem a visibilidade das relações pedagógicas, do sucesso e do aproveitamento dos alunos durante o ano letivo. Essa prática representa o cartão-postal da instituição. Os festejos eram planejados e discutidos com os pais dos alunos nas reuniões de pais e mestres, sendo submetidos a ampla propaganda para que atingisse mais pessoas (GRAÇA, 2007, p.15)

**Figura 7:** Alunos da Profa. Isa D’ Ávila Maynard, participando da festa junina com casamento caipira, na década de 1960.



Fonte: Acervo de Isa Maynard, doado à pesquisadora.

O respeito, quase que veneração, às autoridades cívicas faziam parte das ações do Jardim. As crianças do Jardim visitavam o Gabinete do Prefeito, em datas comemorativas e de realizações públicas e políticas no Estado. A figura 8, a seguir, mostra a visita dos alunos e da professora Isa D’ Ávila Maynard, na comemoração da passagem do aniversário do prefeito José Conrado de Araújo, junto às crianças da instituição. Esse lugar era voltado à infância, representava o

sistema público, que, por sua vez acatava as determinações de ordem nacional e preparava as suas crianças no cultivo ao respeito à Pátria e aos ideais postos na conduta da civilização brasileira. Assim,

As festas cívicas eram fundamentais nesse processo de formação. O calendário festivo se estendia ao longo do ano, incluindo a recepção a personagens ilustres e autoridades, além da celebração de datas como o Dia da Árvore (NASCIMENTO, 2006, p.162).

**Figura 8:** Crianças e a professora Isa D'Ávila Maynard visitando o prefeito José Conrado de Araújo na passagem do seu aniversário (Década de 1960).



Fonte: Acervo particular de Isa Maynard doado à pesquisadora.

A instituição funcionava em dois turnos (manhã e tarde), atendendo aos três períodos ou fases, de acordo com a faixa etária dos alunos, quais sejam: 1º período - 4 anos; 2º período 5 anos; 3º período aos 6 anos. Ao completar 7 anos, o aluno ingressava na escola primária. No encerramento de cada ano letivo, as crianças do 3º período eram encaminhadas para os grupos escolares, no caso das crianças do Jardim, encontrava-se em anexo ao Jardim, a instituição de ensino

primário o “Colégio Presidente Vargas”, para onde seguiam para dar continuidade a sua formação (GRAÇA, 2007, p.12)

No encerramento do Jardim, as crianças participavam da festa de “Formatura dos Doutores do ABC”, nome dado ao festejo do final dessa etapa, conclusão da pré-escola. Antes da colação do grau de “Doutores”, era realizada uma missa de ação de graças, que era realizada na igreja Nossa Senhora de Lourdes, localizada próxima ao Jardim ou na Igreja dos Capuchinhos, um pouco mais distante da instituição (GRAÇA 2007, p.15)

**Figura 9:** Professora cumprimentando seu aluno na missa de formatura na Igreja dos Capuchinhos



Fonte: Acervo de Isa Maynard, doado à pesquisadora.

É possível observar que espaço físico da escola, os métodos, os currículos e as datas festivas colaboravam para criar uma cultura escolar, em certa medida, higienista por aportar um caráter moralizante disciplinador dos comportamentos,

tempos, modos de ser de seus educandos. Segundo Dominique Julia (2001), a cultura escolar é:

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes a ensinar e as condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, saberes e práticas estão ordenadas de acordo com as finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização. Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional, os agentes que são obrigados a obedecer a essas normas e, portanto, a pôr em obra os dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar a sua aplicação, a saber, os professores (JULIA, 2001, p.10).

Até o momento, essa pesquisa nos ajuda a perceber que o campo escolar não é um campo neutro. Ele aporta em si, sistemas classificatórios e de representação que carregam não apenas as lutas que o formam e/ou o transformam, mas também interesses de grupos dispostos lutar para a modelagem do sujeito ao qual se anseia formar. A questão aqui, não está posta no que concordamos ou não com o modelo cunhado nessas lutas, mas em escavar, num modelo de arqueologia do campo educacional, de modo a permitir-nos observar suas constâncias e inconstância, suas similaridades ou disparidades com o ideário de sua época e cultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta direção, ao pensarmos sobre o histórico do campo educacional sergipano, é necessário considerarmos as dimensões de forças que compõem suas regulamentações, métodos, práticas etc.

O Regulamento da Instrução Primária de Sergipe (1931) foi a base para a organização das práticas pedagógicas dos Jardins de Infância de nosso Estado. O documento previa a estruturação da escola primária e pré-primária, sendo veículo de preparação e formação da criança.

Art. 1º O ensino primário destina-se a dar às crianças de 5 a 12 anos a instrução fundamental indispensável. À educação da infância, visando a formação do cidadão activo, útil e digno. Art. 2º A instrução fundamental desdobra-se em infantil ou pré-escolar e primária; aquela para crianças de 5 a 7 annos, em escolas primarias isoladas, reunidas e grupos escolares, para crianças de 7 a 12 annos.

O método de ensino adotado nos jardins de infância era, em sua grande maioria, o intuitivo, propondo o desenvolvimento da percepção direta e experimental da criança, conduzindo a do pensamento concreto ao abstrato, de forma que o contato sensorial com o mundo deveria ser o ponto de partida de toda a educação infantil. A proposta estava na organização de um centro educacional que procurasse seguir as novas diretrizes psicopedagógicas e aos métodos, recursos educacionais modernos. Os primeiros Jardins de Infância abriam espaço para a experiência das teorias fundamentais da psicologia da aprendizagem infantil.

O jardim de infância do Centro Municipal de Assistência à Infância cultivou uma pedagogia para a educação infantil social que se materializava com força nas práticas educativas que propunham uma renovação metodológica para o ensino da criança. Corroborando com essa afirmativa, citamos o Decreto da instituição, nº Decreto n. 75, de 21 de março de 1945, que instituiu e alicerçou o seu funcionamento estabeleceu em seu artigo 2º que:

Art. 2º O Jardim de Infância, dentro de sua principal finalidade pedagógica e social, deverá realizar a educação da criança em idade pré-escolar. Estabelecerá relação entre a criança e o mundo exterior, proporcionando-lhe destarte um ambiente propício à educação, para

que possa desenvolver-se física, moral e mentalmente, sem esforço nem constrangimento.

A proposta central estava na preparação da criança para o convívio social. Brincadeiras e diversões populares propunham a formação de uma infância sadia e com bons hábitos de comportamento. É no ambiente escolar que a criança adquire “bons hábitos” de comportamento, através de atitudes que favorecem o contato com o mundo exterior, estabelecendo a convivência com o meio social.

Práticas pedagógicas pautadas no método froebeliano permite-nos afirmar que havia destaque na educação moral, através do exemplo dos professores, na disciplina e instrução de valores, na educação intelectual pela experiência, no trabalho pedagógico centrado na atividade, na aplicação de conceitos higienistas, progressistas, assistencialista e escolanovista. Havia destaque especial para a higiene e a educação física com os jogos livres e a dança, o que nos leva a crer que apesar da aparência de neutralidade e amor existiam interesses em jogo.

**Figura 10:** Crianças numa apresentação lúdica com a professora de jogos e declamação (Década de 1960).



Fonte: Acervo Iconográfico do Jardim de Infância Municipal.

Segundo Graça (1997) nas vertentes pedagógicas da educação pré-escolar apresentam-se a influência de pedagogos como Froebel, Decroly e Montessori, que fundamentaram uma tendência “romântica” dada ao Jardim de Infância. Essa tendência entende a pré-escola como jardim onde as crianças são “plantinhas” ou “sementes” que devem ser cultivadas. Para Froebel, por exemplo, o caráter lúdico é determinante para aprendizagem, onde as atividades levam ao conhecimento. É uma tendência incorporada no Brasil, sendo até hoje difundida e aplicada nas instituições de educação infantil. Abarcamos isso não porque temos uma proposta melhor, mas por saber a importância de alçarmos e compreendermos a formação de nosso campo educacional.

As investigações realizadas até agora sobre o Jardim, nos leva a perceber também a presença dos ideais de Maria Montessori, ou seja, o método montessoriano influenciou as práticas nestes estabelecimentos de ensino. As atividades realizadas pelas crianças, a “liberdade” nas atividades, davam sentido à preparação para a vida social e ao desenvolvimento das atividades que desenvolvessem habilidades psicológicas. Nas palavras de Évrard-Fiquemont:

as crianças são livres porque tudo foi imaginado para permitir-lhes essa liberdade: mobiliário adequado ao tamanho, material atraente e agradável para ser manipulado, utensílios para trabalhos práticos [...] tudo organizado de maneira a tornar a criança independente do adulto (ÉVRARD-FIQUÉMONT, 1963, p.40).

Percebe-se até aqui que o programa do Jardim não fugia ao modelo dos jardins-de-infância do país. As bases metodológicas e ideológicas estavam alicerçadas nas concepções de educação infantil como instrumentos de ensinamentos sociais através das brincadeiras, jogos e atividades orientadas pelas professoras. É necessário considerar que a “introdução da brincadeira no contexto infantil inicia-se, timidamente, com a criação dos jardins-de-infância, fruto da expansão da proposta froebelianas que influencia a educação infantil de todos os países” (KISHIMOTO, 1998, p.124). Segundo a autora, a finalidade do jardim é a socialização. Isto estava visivelmente estabelecido nas propostas metodológicas e pedagógicas, nas atividades realizadas junto as professoras.

Vamos Brincar de ser criança!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Anne Emílie Souza de. **A difusão do ideário escolanovista em grupos escolares sergipanos**. Dissertação de Mestrado do NPGED/UFS, São Cristóvão, SE, 2009.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Jardim de crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887)**. In: MONARCHA, Carlos (org.). **Educação da infância brasileira: 1875- 1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p. 31-80.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Pro patrialaboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

BARROS, Armando Martins de. **O tempo da fotografia no espaço da história: poesia, monumentos ou documentos?** In: NUNES, C. (org.) **O Passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992 (Coleção questões da nossa época; v.4).

BARROS, Armando Martins de. **Os Álbuns fotográficos com motivos escolares: veredas no olhar**. In: GATTI JÚNIOR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). **História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados, Uberlândia: EDUFU, 2005 (Coleção Memória da Educação).

BITTENCOURT, Circe. **As “Tradições Nacionais” e o Ritual das Festas Cívicas**. In: PINSKY, J. NADAI, E. et al. **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988, p. 43 - 73.

BONIFÁCIO, Nadja Santos. **Contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para a Educação Feminina em Aracaju (1914-1960)**. In: **Anais do II Seminário Internacional de Educação: A pesquisa em educação – dilemas e perspectivas**, GEPHE, **CD-ROM**. São Cristóvão, SE: UFS, 2006. p. 1-8.

BOTO Carlota. **O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes**. In: FREITAS, Marcos César de; KUHLMANN JR. Moisés. (orgs). **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Ed. Cortez, 2002. p.11-60.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Universidade Paulista, 1992.

\_\_\_\_\_. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2005.

BUSSELLE, Michael. **Tudo sobre Fotografia**. 4ª ed. Trad. Vera Amaral Tarcha. São Paulo: Pioneira, 1988. p. 36.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, Zaia. **A intelligentsia educacional – Um percurso com Pascoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil**. Bragança Paulista/SP: IFAN-CDAPH, Editora da Universidade de São Francisco, UFRJ, 1999.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v.1 Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESCOLANO, Agustín & FRAGO, Antonio Viñao. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad. Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

ÉVRARD-FIQUEMONT, Jeanne. **Jardins-de-infância**. Tradução Maria Luiza S. de Moraes. 2ª ed. São Paulo: Flamboyant, 1963.

LOPES, Maura Corcini. **Políticas de Inclusão e Governamentalidade**. Educação & Realidade. 34(2) mai/ago.2009. p. 153-169. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/8297/5536>.> Acesso em 22 mai. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, a genealogia e a história**. FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 271-295.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, Hubert. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 273-279.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **O herói nacional para crianças: produção e circulação de imagens de Tiradentes na escola primária brasileira**. In: Anais da 25ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação: Educação: manifestos, lutas e utopias. Caxambu: ANPED, 2002. v. 1. p. 01-17.

FOSTER E HEADLEY. **Jardim de Infância: princípios gerais – direção de atividades**. Tradução Daisy R. Wyllie. Rio de Janeiro: Editora do Livro Técnico, 1967.

FRAGO, Antonio Vinão; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MORAES, Damiro de. **Cecília Meireles e o ensino religioso nos anos 1930: embates em defesa da escola nova**. Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 741-754, jul./set. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v42n3/1517-9702-ep-42-3-0741.pdf>.> Acesso em: 22 mai. 2019

OLIVEIRA, Yolanda Dantas de. **Educação da criança à luz da ciência: a contribuição de Helvécio de Andrade, em Sergipe (1911-1935)**. São Paulo, SP, 2008. PUC/SP. (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 172-189.

OLIVEIRA, Valdemar de. **Higiene e puericultura**. São Paulo: Editora do Brasil, 1966. (Coleção Didática do Brasil).

OLIVEIRA, A. M. M. **Célestin Freinet: raízes sociais e políticas de uma proposta pedagógica**. Rio de Janeiro: Papéis e cópias de Botafogo e Escola de Professores, 1995.

PATRÍCIO, Solange. **Educando para o trabalho: A escola de Aprendizizes Artífices em Sergipe (1911-1930)**. São Cristóvão, SE, 2003, NPGED/UFS. (Dissertação de Mestrado).

PESTALOZZI, Johann H. **Cartas sobre educación infantil**. Trad. José María Quintana Cabanas. Madrid: Tecnos: 2000.

PINAZZA, Mônica Appezato. **A Pré-escola à luz das idéias de Pestalozzi e Fröebel: memória reconstituída a partir de periódicos oficiais**. São Paulo: FEUSP, 1997. (Tese de Doutorado).

PONTE, Cristina. **Crianças em notícia. A construção da infância pelo discurso jornalístico**. (1970-2000). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

QUEIROGA, Maria do Socorro Nóbrega. **“Governando a Infância para regenerar a Raça: a arqueologia do discurso eugenista em educação”**. In: **Anais VI Congresso Luso-Brasileiro de História de Educação**, Uberlândia, MG, 2006, v.1, pp. 2312-2322.

QUINTEIRO, Jucirema. **Infância e educação no Brasil: um campo de estudo em construção**. In: **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Dossiê: a cultura material na história da educação: possibilidades de pesquisa**. Campinas: Autores Associados, maio/agosto, 2007. n. 14.

REVISTA PRO-POSIÇÕES. **Dossiê: cultura escolar e cultura material escolar: entre arquivos e museus**. Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da UNICAMP. Vol. 16. n.1 (46). Campinas: UNICAMP, jan/abr. 2005.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2ª Ed. Revisada. São Paulo, SP, Editora Cortez, 2008.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia. **A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional**. IN: FREITAS, Marcos Cezar (org). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. pp. 141-161.

SALES, Tatiana Silva. **As falanges da Boa Imprensa: o jornal "A Cruzada" em Sergipe, 1918 a 1969**. São Cristóvão, SE: DHI/UFS.2003. (Monografia de Conclusão de Curso).

SÁ, Ana Cristina de. **O padre e o jardim: configurações da educação infantil em Nossa Senhora da Glória/SE (1978 a 1992) Dissertação (Mestrado em Educação)**. Programa de Pós-Graduação em Educação PPED. Aracaju/SE 2019.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. Cuiabá, MT: EDUFMT, 2007.

SANTANA, Cecília Feitosa de. **Penélope Magalhães: trajetória de uma religiosa e educadora (1886-1941)**. São Cristóvão, SE: DHI/UFS. 2003. (Monografia de Conclusão de Curso).

SANTANA, Josineide Siqueira de. **O orfanato de São Cristovão: implantação e aspectos da educação de órfãos em Sergipe nas primeiras décadas do século XX (1911-1930)**. In: Anais do III Seminário Internacional de Educação. POSGRAP, CD-ROM. São Cristovão, SE: UFS, 2006. p.1-7.

SANTANA, Josineide Siqueira de. **Casa de meninas: práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola Imaculada Nossa Conceição**. Aracaju: Edise, 2016.

SANTANA, Josineide Siqueira. **Entre bordados, cadernos e orações: a educação de menina e as práticas educativas no orfanato de São Cristóvão e na Escola Imaculada Conceição (1922-1969)**. (Dissertação de Mestrado) São Cristóvão/SE, Programa de Pós-Graduação em Educação. UFS, 2011.

SANTOS, Betisabel Vilar de Jesus. **Luzes e blecautes em cidades adormecidas: a campanha nacional de educandários gratuitos no cenário sergipano (1953-1957)** São Cristóvão: UFS, 2003.

SANTOS, Elias Souza dos. **Ó Tupã, Deus do Brasil: o canto orfeônico na Escola Normal de Aracaju (1934-1971)**. Jundiá (SP): Paco Editorial, 2016.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Retratos da modernidade: os grupos escolares de Sergipe como ícones da modernidade**. Revista Eletrônica de História, Vol. VIII, ano 4, nº 2, dezembro de 2009. p.68 a 83. Disponível em <<http://ichs.ufop.br>>. Acesso em: 20 ago de 2010.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **O Grupo Escolar Barão de Maroim**. In: Revista Cadernos UFS, História da Educação. Vol. VII. Fascículo I, São Cristovão: UFS, 2005, p.79-90.

SANTOS, Nelly Monteiro. **PATER INCERTUS, MATER CERTA: as práticas de assoldamento em Estância e sua contribuição para a História da Educação da Infância em Sergipe (1865-1895)**. São Cristovão, 2007. NPGED/UFS. (Dissertação de Mestrado)

SARMENO, Manue. **Visibilidade social e estudo da infância**. In: VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. Infância (in) visível. Araraquara: Junqueira e Marin, 2007. p. 25-  
SILVA, Marcos. **Philippe Ariès: um historiador marginal**. Disponível em: <<http://sefarditas.net.br/textos/aries.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

SERGIPE. **Regulamento da Instrução Pública de Sergipe, capítulo I – Do ensino, seus fins e divisão**. Cf. Diário Oficial. Anno XIII, n. 3221, 4 de fevereiro de 1931, p. 23289.

SILVEIRA, Jussara Maria Viana. **Da Medicina ao Magistério: aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior**. São Cristóvão, SE, 2008, NPGED/UFS. (Dissertação de Mestrado).

SILVEIRA, Jussara Maria Viana. **Educação, saúde e assistência: a visão e atuação do Departamento Nacional da Criança e das suas delegacias regionais em Sergipe e Bahia**. In: Anais do Seminário “O Núcleo de Pós Graduação em Educação da UFS: trajetória e produção acadêmica”. NPGED. CD-ROM. São Cristovão, SE: UFS, 2009. p.1-12.

SPOSITO, Marília P. **Escola Pública e movimentos sociais**. In: Revista da Ande, nº 7, São Paulo, 1984.

SOUZA, Gizele de. (Org). **A criança em perspectiva: o olhar do mundo sobre o tempo infância.** São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Gizele de. **Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929.** São Paulo, SP, 2004. PUC/SP. (Tese de Doutorado)

SOUZA, Rosa Fátima de. **Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da história da escola primária.** Educar em Revista. Curitiba, Ed. UFPR, n° 18, 2001, p.75-101.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Cultura escolar e currículo: aproximações e inflexões nas pesquisas históricas sobre conhecimentos e práticas escolares.** In: XAVIER, LibâniaNacif. Escola, Culturas e saberes. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 74-91.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Lições da escola primária.** In: Almeida, Jane Soares de.; Saviani, Dermeval. O legado educacional do século XX. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Tempos de infância, tempos de escola:** a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1802-1933). Educação e pesquisa V. 25, n° 2. São Paulo, julho/dezembro, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 20 mai. 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2004. p.165-203.

VASCONCELOS, José Gerardo; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. (Orgs). **História da Educação no nordeste brasileiro.** Fortaleza: Edições UFC, 2006. (Coleção Diálogos Intempestivos).